

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Director

Belarmino Afonso

•

Conselho Científico

Teimo Verdelho

Francisco José Terroso Cepeda

António Rodrigues Mourinho

Hirondino da Paixão Fernandes

•

Conselho de Redacção

Francisco Mário da Rocha

Isaura do Espírito Santo

Ana Maria Afonso

Carlos Prada de Oliveira

Élia Maria Mofreita Correia

•

Editor e Proprietário

Assembleia Distrital

•

Administrador

Assembleia Distrital

•

Redacção e Administração

Secretaria da Assembleia

Distrital

•

BRIGANTIA – REVISTA CULTURAL
Apartado 125 – 5301-902 BRAGANÇA

Telefone: 273 300270

Fax: 273 300279

Email:adbbraganca@oninet.pt

•

Execução gráfica

G. C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira – Assafarge

Telef. 239802450 – Fax 239802459

3040 COIMBRA

Depósito legal n.º 24080/88

SUMÁRIO

| | |
|--|---------|
| A indústria das sedas em Trás-os-Montes, sob a égide dos Arnauds (1780-1820) | 3-29 |
| Por Fernando Sousa | |
| A identidade histórica de algumas aldeias transmontanas: subsídio para o seu estudo | 31-52 |
| Por José Peixoto Pinto da Mota | |
| Estudo demográfico de uma paróquia do Planalto Mirandês Palaçoulo (1656-1910) | 53-66 |
| Por Fábila Maria Raposo | |
| A teoria apócrifa da natividade – A Senhora do Tríptico de Balsemão | 67-79 |
| Por Maria Alcina R. Correia dos Santos | |
| A regulamentação do ofício de ourives na história nacional | 81-94 |
| Por Fernando Pereira | |
| Babe: culto e devoção | 95-108 |
| Por Alberto Manuel de Sousa Pais | |
| Mortalidade no concelho de Freixo de Espada à Cinta (1860-1885) | 109-130 |
| Por José Manuel Gomes | |
| Os julgados de Lamas de Orelhão e de Bragança nas inquirições de 1258 | 131-141 |
| Por Ernesto Albino Vaz | |
| Manuel Emídio Garcia 1838-1904 | 143-163 |
| Por João Cabrita | |
| Titulares transmontanos – I | 165-173 |
| Por Filipe Pinheiro de Campos | |
| As nossas escolas do 1º ciclo | 175-233 |
| Por Evangelina Correia da Silva | |

| | | | | | |
|-----------|----------|-----------|---------|----------|--------------|
| BRIGANTIA | BRAGANÇA | VOL. XXIV | N.º 1/2 | P. 1-234 | JAN/JUN/2004 |
|-----------|----------|-----------|---------|----------|--------------|

AS NOSSAS ESCOLAS DO 1º CICLO:

O que foram – o que são

Escolas do Concelho de Bragança versus Escolas de Castilla e León

EVANGELINA DA NATIVIDADE
CAMELO BONIFÁCIO CORREIA DA SILVA

Introdução

A investigação que agora se pretende divulgar surgiu no âmbito do Programa de Doutoramento, em *“Perspectivas Históricas, Comparadas Y Políticas de la Educación”* e no módulo de *“La Dimensión Comparada de la Educación”*. No entanto, o despertar desta temática foi obra de José António Caride Gómez, da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). Foi o entusiasmo dele que nos contagiou e nos levou a reflectir sobre a importância dos espaços escolares. Decorria o ano lectivo de 1996/1997 e era meu professor na Universidade Portucalense, do Porto, no âmbito de um Mestrado de Ciências da Educação, na área da Administração Escolar.

Ainda que tenha passado algum tempo após a realização deste trabalho, pareceu-nos que a actualidade desta problemática se mantém, porquanto o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, veio impor às autarquias a elaboração da Carta Educativa, para a qual a Lei nº 159/99, de 14 de Setembro já apontava, todavia, esta nunca foi aplicada.

Apesar da Reforma do Sistema Educativo Português de 1988 e das muitas inovações verificadas, quer a nível pedagógico, legislativo ou tecnológico e de ser consensual a percepção do espaço como um problema pedagógico, a questão dos espaços que propiciam o desenvolvimento das novas pedagogias e dos novos currículos, continua afinal por equacionar.

Decorre no momento o processo de elaboração da Carta Educativa nos municípios do distrito de Bragança.

Saliente-se que o primeiro concelho do distrito que avançou para a reestruturação da rede escolar foi o concelho de Alfândega da Fé. Em Março de 2002 esta autarquia apresenta uma proposta de encerramento, apesar de, numa primeira fase, apenas abranger as EB1's com menos de cinco crianças.

Pese embora a contestação, consideramos ter sido um passo decisivo para a mudança de mentalidades e o assumir de uma atitude mais consciente e consentânea com a realidade, eliminando a velha prática da “morte natural” (expressão habitualmente utilizada quando a escola encerrava pela total ausência de alunos).

Neste trabalho reflectimos de forma breve e sintética o percurso das nossas escolas, ou seja, **o que foram, como evoluíram** e o que **são actualmente**.

Apresentaremos uma análise, em pormenor, de todas as Escolas do 1º Ciclo que se encontravam em funcionamento no ano lectivo 2001/2002, no concelho de Bragança. Perante as características da sua estrutura arquitectónica estes edifícios foram agrupados em várias tipologias, sendo aqui apresentadas algumas que consideramos representativas dos diversos tipos encontrados.

Ainda que de forma muito breve, iremos também analisar as Escolas de Castilla e León, no sentido de tentar compreender as diferenças existentes entre os espaços escolares em Portugal e em Espanha.

Finalizamos com algumas ideias decorrentes desta pesquisa relembrando os nossos desejos para esta escola, a que carinhosamente apelidamos de «**ESCOLA-ALICERCE**».

Desejamos, assim, poder dar algum contributo à comunidade e particularmente aqueles que no momento têm a responsabilidade de concretizar esta reestruturação. Porque acreditamos que o capital humano é o único passível de gerar a mais valia necessária à construção do futuro e reconhecendo no património construído a presença desse capital humano exigindo, também, por isso, que se preserve.

1 – Construções Escolares

Até meados do século XIX não existia qualquer regulamentação relativa às condições e à natureza dos locais onde o ensino deveria ser ministrado.

É por volta de 1835 a 1844 que se começa a falar em edifícios Escolares Públicos, os quais passariam a ser da responsabilidade das Câmaras Municipais. Apenas em 1866, a administração central publicou as primeiras normas que deveriam ser “observadas nas construções das «casas de escolas», dando então lugar ao primeiro projecto tipo de uma escola primária em Portugal, a partir da qual se construíram, até final de 1880 e com os meios financeiros resultantes do legado do Conde Ferreira, 120 edifícios, conhecidas por «Escolas Conde Ferreira».”¹

Anteriormente, as escolas funcionavam sem qualquer plano coordenador. Distribuam-se por conventos, catedrais, igrejas e, principalmente, por «casas particulares».

O 1º plano regulador, do Ensino Primário, surgiu com a «Carta de Lei», de Marquês de Pombal, datada de 6 de Novembro de 1772 que criou os chamados «Estudos Menores». No entanto, continuaram a ser utilizadas, durante muito tempo, instalações particulares.

Em 1866, com o legado do «Conde Ferreira, é criado um regulamento de construções para o Ensino Primário. Nele se exigia já planta topográfica do terreno, elementos sobre rede escolar, nomeadamente número de alunos, áreas e condições higiénico-pedagógicas.

“Trinta anos mais tarde, foi lançado o primeiro concurso público para a concretização do «Programa para a elaboração de projectos de edifícios destinados a escolas de instrução primária», de

¹ Ver – Despacho 11/SEAE/97, Diário da República – II Série de 4 de Abril.

que saiu vencedor o projecto do arquitecto Adães Bermudes, medalha de ouro da Exposição Universal de Paris, e na base da qual foram construídas, entre 1902 e 1912, mais de 184 escolas.”²

Por reformas de 1901 a 1911, foram estabelecidas novas condições sobre as instalações, sendo criados organismos próprios, como a Direcção-Geral da Instrução Pública e a Direcção Técnica de Construções Escolares. Em 1911, são atribuídas essas competências às Câmaras, e foram elaboradas «as normas técnicas, higiénicas e pedagógicas» a que deveriam obedecer as construções dos novos edifícios escolares.³

Os edifícios escolares designados por «C.F», (Conde Ferreira) e «A.B», (Adães Bermudes), são os edifícios **mais antigos** embora, neste espaço de tempo, tenham existido outras construções sem tipologia, vulgarmente designados de «tipo indefinido». Até ao ano de 1941, foram-se construindo edifícios com tipologias variadas, como teremos oportunidade de ver ao longo deste trabalho.

De 1941 a 1970, o tipo de edifícios mais construídos foi, sem dúvida, o chamado de «P.C» (Plano dos Centenários).

“Comemorando os duplos centenários da fundação e da restauração de Portugal, que deram lugar a um grande plano de obras públicas, o governo de então iniciou em 1941 a «execução de um plano da rede escolar», denominado «dos Centenários», fixando o número, localização e tipo de escolas a construir, para apetrechamento do ensino primário. A execução deste plano, donde resultaram as Escolas dos Centenários», prolongar-se-ia até final da década de 1950.”⁴

Salienta-se que com o decorrer do tempo, mantiveram a mesma estrutura, ao longo de quase duas décadas, apenas com ligeiras alterações.

Mas, após esta época, e face à elevada percentagem de analfabetismo, iniciou-se a partir de 1952 o plano de educação popular, cujo objectivo era a criação de condições para que todos completassem o 1º nível da instrução primária (3ª Classe). Isto exigia a construção de um maior número de escolas. Houve a necessidade de repensar o parque escolar, visto que os recursos económicos eram poucos. Na construção das novas escolas deveriam ser reduzidas os elementos arquitectónicos, «recorrendo à normalização em torno de dois tipos – Centenário Urbano e Centenário Rural. Os tipos de edifícios, os mais novos, projectados pela Direcção-Geral das Construções Escolares, são os U3 e R3, que integram o Plano dos Centenários.

CONSTRUÇÕES ESCOLARES

1 – “Plano de Centenários” – aprovado em Conselho de Ministros de 15.07.41.

2 – “Plano” – aprovado pela Lei nº 2107 de 05.04.61.

Podem considerar-se como fazendo parte deste “PLANO” os edifícios projectados pelas Câmaras Municipais e aprovados pelas entidades escolares competentes.

Houve ainda a construção das chamadas «P3» ou Escolas de Área Aberta, que foram construídas após Abril de 1974, embora tenham sido projectadas em 1949, nos Estados Unidos.

² Ver – Idem.

³ Estas normas ficaram conhecidas como as normas da República das construções escolares.

⁴ Ver – Idem.

2 – Tipificação dos Edifícios

Os edifícios escolares, foram tipificados tendo em conta as suas características, a sua arquitectura, e as datas da sua construção.

CONDE FERREIRA – São edifícios dos finais do séc. XIX, legados pelo Conde Ferreira. São os mais antigos construídos segundo projectos-tipo. Fachada imponente. Salas de aula com grande área (entre 50 a 115 m²). Dispõem de saleta, vestíbulo, campanário e sanitários no exterior.



Fotografia. 1 – Escola tipo «Conde Ferreira», inaugurada em 24 de Março de 1866, na vila de Mogadouro. Actualmente funciona aí um Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia, mas já foi utilizado para variados fins.

ADÃES BERMUDES – Dispõem de residência para professores, geralmente do tipo duplex, adjacentes às salas de aulas. As janelas, com maior altura do que largura, são marginadas a tijolo à vista. Tem uma torre central ou duas laterais.





Fotografia 2 e 3 – Escola nº 2 de Macedo de Cavaleiros, que conserva o seu traçado original e foi recentemente recuperada, (ano de 1996).

ROGÉRIO DE AZEVEDO – Projecto tipo anterior ao «Plano dos Centenários», (projectados entre o ano de 1933 – 1935). Inclui características arquitectónicas regionais. Têm sempre um alpendre na entrada, com beirado. O recreio é coberto e situa-se no lado oposto ao da entrada. O telhado é geralmente revestido a telha de canudo.





Fotografia 4 e 5 – Escola nº 2, conhecida vulgarmente por Escola de S. Sebastião devido á sua localização. Foi construída no ano de 1933.



Fotografia 6 e 7 – Escola de Castro de Avelãs. Projecto Tipo Regionalizado – Rogério de Azevedo (1 sala), inaugurada em 1 de Novembro de 1941. A construção foi obra da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal.

CENTENÁRIOS RURAL – Edifícios com 1 ou 2 salas, (máximo três), sempre com um só piso. Não têm recreio coberto. O átrio de entrada de cada sala de aula, inclui 2 sanitários e é aberto ou fechado com grelhas.



Fotografia 10 e 11 – Escola de Rabal, do concelho de Bragança, que mantém todo o traçado e características originais. Foi construída no ano de 1960, pelo Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral do Ensino Primário, conforme consta da placa afixada na parte central do edifício.

CENTENÁRIOS URBANO – Com 3 ou mais salas. Têm sempre 2 pisos. Têm recreio coberto, onde se situam as casas de banho, tal como nos edifícios construídos até 1955. Os pilares de apoio da cobertura do recreio são cilíndricos e em betão armado.



Fotografia 12 e 13 – Escola nº 1 da cidade de Mirandela onde são visíveis algumas alterações, nomeadamente o uso das persianas e vedação, a alvenaria do recreio coberto.

CENTENÁRIOS R3 – (R3) – Construídos depois de 1972. Adaptados do tipo rural, em que a zona de entrada para a sala de aula é fechada e serve de zona de trabalhos, com uma bancada, onde existe «1 ponto com água».



Fotografia 14 e 15 – Escola de Terroso, concelho de Bragança. Foi construída pela Câmara Municipal de Bragança na década de 80. Segundo elementos recolhidos nos Arquivos dos Serviços de Educação de Bragança entrou em funcionamento em 21.09.82.

CENTENÁRIOS U3 – (U3) – Também construídos depois de 1972. Adaptados do tipo urbano. A principal alteração é a redução dos elementos arquitectónicos de forma a reduzir os custos. Dispõem, em alguns casos de sala de professores



Fotografia 16 – Escola nº 4 de Mirandela, conhecida como Escola de Golfeiras. Neste caso, não dispunha de sala de professores, mas foi construída em 1997. De acordo com os arquivos de Educação de Bragança entrou em funcionamento em 21.03.75.⁵

ÁREA ABERTA – Chamadas, vulgarmente de P3. As salas de aula comunicam entre si, em grupos de 2 ou 3. Têm uma sala polivalente, sala de professores, refeitório e cozinha.

Caracterizam-se, essencialmente, pela inexistência de paredes, no intuito de favorecer a intercomunicação entre professores e alunos, procurando quebrar a tradicional organização do espaço escolar.

⁵ Esta referência, bem como outras, segundo a pesquisa efectuada nos Arquivos da Coordenação de Área Educativa, nos Serviços de Educação Pré-Escolar, 1º Cíelo do Ensino Básico de Bragança, deixam-nos algumas dúvidas, isto porque tentamos cruzar a informação recolhida com a informação que consta nos livros de Cadastro das delegações Escolares. Percebemos que havia ligeiras diferenças relativamente à data de construção e à data de entrada em funcionamento destas Escolas. No entanto, verificamos que o ano de qualquer das nossas referências feitas ao longo deste trabalho é coincidente. Optamos, assim, por achar mais credível a informação recolhida nos arquivos distritais de Educação, onde foi efectuada a pesquisa destes elementos.



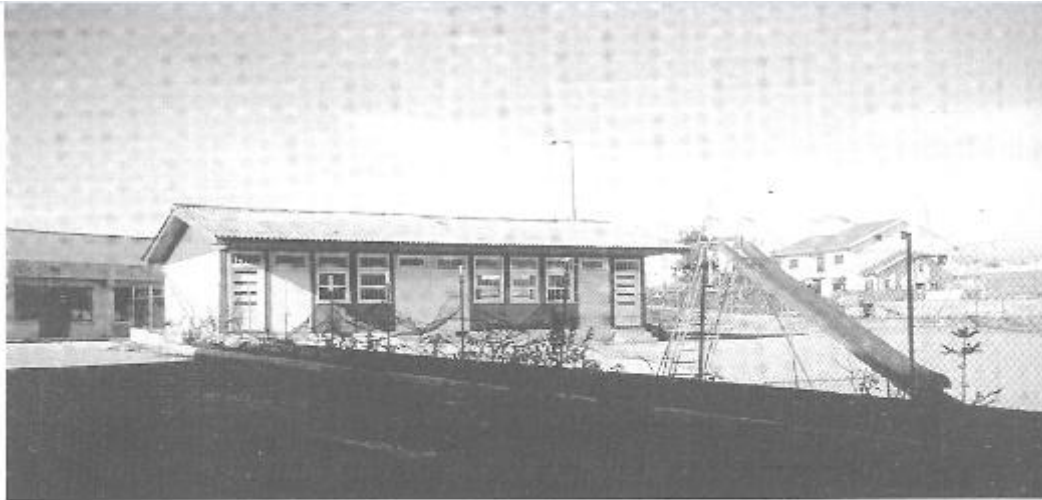
Fotografia 17 e 18 – Escola nº 5 da cidade de Mirandela e, também, chamada de «Escola Nuno Canavez». Tem 4 salas e entrou em funcionamento em 06.01.1981.

PROJECTOS ESPECIAIS – Edifícios construídos para o ensino, a partir de 1975, segundo projectos especialmente elaborados por autarquias ou outras entidades.



Fotografia 19 e 20 – Escola nº 11 de Bragança, (4 salas), conhecida como Escola do Campo Redondo. Foi construída na década de 80. Tem 4 salas (tendo sido uma delas adaptada para o Ensino Especial, na área da deficiência auditiva) e sala de professores. A Escola nº 11, situada no bairro dos Formarigos, tem (3 salas), apenas duas a funcionar. Inaugurada em Dezembro de 2001.

PAVILHÕES INDUSTRIALIZADOS – Pavilhões pré-fabricados ligeiros, geralmente de madeira.



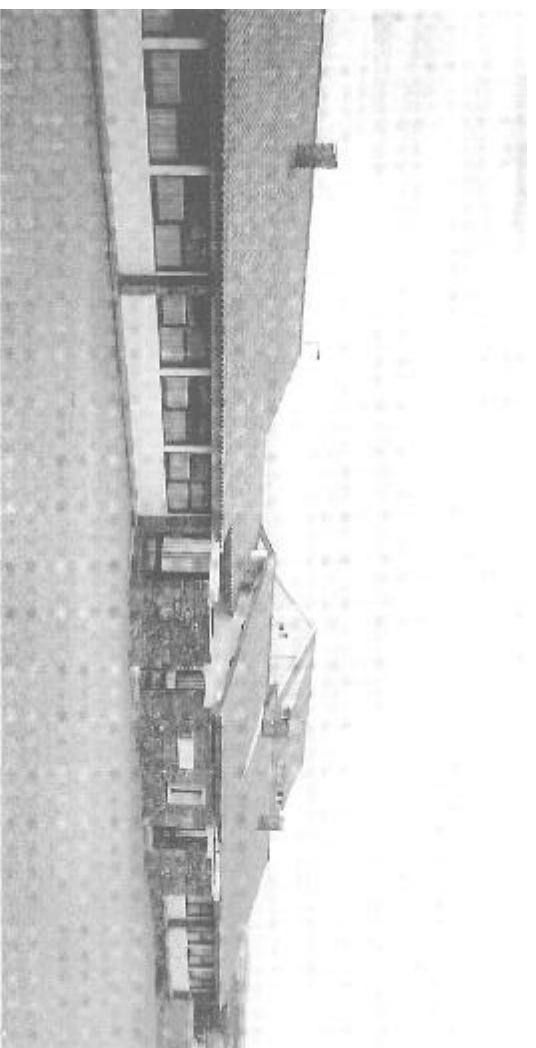
Fotografia 21 – Pavilhão do Campo Redondo – Bragança

NÃO CONSTRUÍDOS PARA O ENSINO – Edifícios que, com ou sem obras de adaptação, são utilizados para o ensino, embora não tenham sido construídos para esse fim.



Fotografia 22 – Escola de Donai, concelho de Bragança, que foi suspensa no início do ano-lectivo 97/98.

INDEFINIDOS – Edifícios que não correspondam a quaisquer dos tipos anteriores. São geralmente de construção anterior a 1940.



Fotografia 23 – Escola nº 3 de Bragança, conhecida como Escola do Toural. Existem duas escolas nesta cidade, com este traçado, que são da autoria do famoso arquitecto português, Viana de Lima.⁶ Foi inaugurada no ano de 1961, tem 4 salas, recreio coberto e sala de professores.

3 – As Escolas Conde Ferreira

As Escolas Conde Ferreira, foram uma herança de Joaquim Ferreira dos Santos – Par do Reino e Conde de Ferreira, falecido em 24 de Março de 1866.

Anteriormente não havia orientações para as construções escolares. Só a partir desta época o governo publica uma Portaria, onde se definem esses critérios. Entre eles salientamos:

- O terreno onde a Escola se construíse deveria ter pelo menos 600m² e a planta deveria ser executada de acordo com a planta previamente aprovada.⁷
- O projecto incluía residência para o professor. Aconselha que a Escola seja um edifício a construir isoladamente de qualquer outro, exceptuando a casa do professor.
- A escolha da localização deveria recair num lugar aprazível e privilegiado, tendo em conta a localização do contexto onde se insere.
- Referia que a “escola deve ter uma aula, uma sala contígua e um vestíbulo ou dois, se a escola for destinada ao ensino dos dois sexos. Como dimensões da

⁶ Viana de Lima “... projecta já no final da década de 30 uma peça que, afastando-se definitivamente de qualquer estética decorativa, anuncia a adesão e o entendimento da mensagem cubista, da função e da metodologia do projecto moderno. Com efeito, a Casa Honório de Lima do Porto (projecto de 1939, hoje destruída), desenvolve pioneiramente a aplicação dos «cinco pontos» para uma nova arquitectura explanados pelo mestre do movimento moderno, Le Corbusier, elevando a casa sobre pilótiis, desenvolvendo a planta e a fachada livre, insinuando a aplicação de janelas em comprimento e transformando a cobertura em terraço habitável (...) sem se perder a delimitação exterior numa linguagem de extrema modernidade e novidade, constituindo um paradigma da arquitectura moderna portuguesa”. Para mais informação consultar a História da Arte Portuguesa. Direcção de Paulo Pereira. Volume III, edição do Circulo de Leitores, pág. 521.

⁷ Esta era a condição exigível para o Estado participar nas despesas.

sala de aula exigia-se uma superfície entre os 50 m² e os 115 m², pé direito de 4 metros; era também recomendado que de raiz se construísse mais do que uma sala de aula...⁸

- A sala contígua deveria ter uma área de pelo menos um terço da sala de aula. Destinava-se a biblioteca, recitações (...). No caso da Escola ser feminina, deveria ser o espaço utilizado para os trabalhos próprios do sexo feminino.
- Nas Escolas Mistas, as entradas e vestíbulos eram independentes. “Descreve-se até uma curiosa maneira, de garantir a separação dos sexos: haverá desde a cadeira do mestre ou mestra e até à parede oposta um *repartimento* moveição de madeira de 1,40 até 1,70 metros de altura.”⁹ Não se sabe se algum dia, o mesmo, chegou a ser utilizado.

A Portaria de 20 de Julho de 1866, fazia, ainda, referência a: iluminação, humidade, aquecimento e mobiliário escolar.¹⁰ Não havia indicações, relativamente a *sanitários*, *lavatórios* ou à forma de abastecimento de água.

O facto do Conde de Ferreira ter deixado este legado, obrigou o Governo a dar cumprimento à sua vontade, não deixando que este diploma fosse apenas **mais uma boa intenção**, como vinha sendo apanágio dos anteriores responsáveis pela educação.

“No entanto os técnicos que regularmente colaboravam nas actividades da associação acusaram, durante muito tempo, os executores das obras de teimarem em seguir as indicações correctas e serem, com esta atitude, responsáveis pela má qualidade das construções e, até por terem ruído alguns edifícios em fase de acabamentos...”¹¹ porém a um ritmo lento, as chamadas escolas “Conde Ferreira” foram entrando em funcionamento por todo o Reino, mas em número muito reduzido. No entanto, grande parte das Escolas continuavam a funcionar em espaços alugados e muitos deles sem condições de habitabilidade mínima. Vejamos o que diziam os intelectuais da época (1880), quando se referiam à Escola:

“**Lúgubre, enxovalhada, sem luz e sem ar**” – na opinião de Ramalho Ortigão.

“**Imprópria**” – no dizer de D. António da Costa.¹²

4 – As Escolas Adões Bermudes

Nos meios intelectuais, criticava-se habitualmente o pouco interesse pelos problemas da Educação, as carências e a degradação dos Espaços Escolares.

Apesar do chamado *atraso peninsular*, os nossos intelectuais sabiam o que ia acontecendo no Estrangeiro. Conheciam os avanços culturais e científicos.

Isto possibilitou na época, à *Associação dos Engenheiros Portugueses* elaborar um programa de concurso para apresentação de projectos de edifícios destinados à instrução

⁸ Ver – MUITOS ANOS DE ESCOLAS – Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941, Vol. I, 1ª parte, Ministério da Educação, 1985, pág. 47.

⁹ Idem, pág. 47.

¹⁰ De salientar que as recomendações relativamente ao mobiliário escolar, foram também enumeradas e regulamentadas na Portaria de 20 de Julho de 1866, pela 1ª vez.

¹¹ Idem, pág. 49.

¹² Idem, pág. 76.

primária e respectivo relatório e à *Associação de Architectos Civis e Archeologos Portugueses* publicar a tradução das normas das construções escolares aprovadas pelos franceses, recomendando a necessidade de construir escolas. Estas e demais informações, daqueles que viajavam periodicamente para outros países, permitiram elaborar um **documento base para projectos de construção de escolas**.

O referido documento deu entrada a 10 de Janeiro de 1898, no Ministério das Obras Públicas.

Em 2 de Março desse mesmo ano era aberto concurso público para admissão de projectos de Construção Escolar para a Instrução Primária. Definia:

- Os trabalhos deveriam ser entregues na 1ª Repartição da Direcção Geral da Instrução Pública.
- Os concorrentes deveriam apresentar os trabalhos usando um pseudónimo, para possibilitar o sigilo da sua identidade.
- O prazo era no máximo de seis meses.
- Definia de forma global quais as tipologias e características das escolas nos projectos a elaborar.
- Recomendava que nas escolas a construir se deveriam utilizar técnicas e materiais característicos de cada região.

Nas condições especiais do programa determinava “que os projectos considerassem três tipos diferentes de edifícios:

- Escolas com uma sala, para 50 alunos, e habitação para um professor, (só rapazes ou só raparigas)
- Escolas com duas salas para 100 alunos (só rapazes ou só raparigas) com habitação para o professor e ajudante, (normalmente era o cônjuge ou outro familiar próximo do professor titular).
- Escolas Mistas, com duas salas, para 100 alunos, com duas habitações para professores e ajudantes respectivos.”¹³

O Júri do concurso público aprovou o trabalho realizado sob o pseudónimo de, *FIAT LUX* da autoria do Arquitecto Arnaldo Redondo Adães Bermudes, em 31 de Outubro de 1898.¹⁴

As escolas projectadas eram simples, mas de alguma forma procuravam responder às exigências da pedagogia e dos ideais republicanos, que reconheciam a importância de cultivar e instruir o povo.

“Nos vários tipos de edifícios as salas de aula são térreas, abrindo três grandes janelas para a fachada principal assegurando boa entrada de luz natural e arejamento suficiente; os sanitários articulam bem com a sala de aula, sendo possível o acesso circulando pelo recreio coberto. O vestíbulo (que nalguns casos veio a ser adaptado e a ter utilização diferente) permitia que se organizasse uma zona para cuidados de higiene dos alunos (desparasitação, etc). A casa do professor desenvolvia-se em dois

¹³ Idem, pág. 95.

¹⁴ O arquitecto Adães Bermudes era natural do Porto e nasceu a 29 de Setembro de 1863. Era diplomado pela Academia Portuense de Belas Artes e também pela Escolas de Belas Artes de Paris. Desde Janeiro de 1897 era funcionário do Ministério das Obras Públicas, na Direcção Especial de Edifícios Públicos e Pharoos. Em 1900 recebeu a Medalha de Ouro na Exposição Universal de Paris, com o projecto das Construções Escolares.

pisos e sótão e localiza-se sempre com entrada e janelas sobre a fachada principal. No caso das escolas com duas salas, a habitação ocupava a parte central do conjunto.”¹⁵

Também, o projecto inicial não incluía o desenho nem recomendações do material escolar.¹⁶

5 – Escolas do Período da República

Desde que Marquês de Pombal criou os chamados “Estudos Menores” sempre se falou da necessidade de instruir e educar o povo e para isso da necessidade de criar espaços condignos para a aprendizagem.

Mas, quando da implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, a situação no Ensino Primário era de total carência, abandono e muitos edifícios encontravam-se em mau estado de conservação. Em 1909, Augusto Joaquim Alves dos Santos, faz um estudo do *Espaço-Escola* e escreve a propósito da situação que encontrou:

| | |
|---|----|
| Total de Escolas “Conde Ferreira” | 49 |
| Em boas condições higiénicas e pedagógicas | 38 |
| Em más condições | 4 |
| Em péssimas condições | 1 |

| | |
|--|----|
| Total de Escolas “Adães Bermudes” | 30 |
| Em boas condições | 29 |
| Em sofríveis condições | 1 |

| | |
|---|-----|
| Total : Outros edifícios | 641 |
| Em condições que satisfazem plenamente | 163 |
| Em condições sofríveis | 247 |
| Em más condições | 186 |
| Em péssimas condições | 45 |

| | |
|--|------|
| Total casas arrendadas para Escolas Primárias | 1137 |
| Em condições sofríveis | 57 |
| Em péssimas condições | 1080 |

Adaptado - Muitos Anos de Escolas, pág. 92

¹⁵ Ver – Ob. cit. pág. 95.

¹⁶ O material era fornecido pelas autarquias, encomendado a marceneiros da região e segundo a imprensa da época nem sempre de qualidade satisfatória.

Responsabiliza também os poderes públicos pela situação de miséria e vergonha, em que se encontram as escolas, acusando os responsáveis de incumprimento das suas próprias leis, como é o caso do legislado no Capítulo IX do Regulamento sobre Organização, publicado em 1902 que exigia uma rede escolar, *com óptimas instalações, bom mobiliário e suficientes utensílios escolares*.

Também, intelectuais, pedagogos e outras personalidades se empenharam em alterar esta situação, uns escrevendo *acesas* críticas na imprensa da época, outros participando em palestras ou congressos com ideias inovadoras e outros dinamizando eles próprios a construção de escolas, como é o caso do conhecido escritor Aquilino Ribeiro.¹⁷

Estas e outras iniciativas, mostrou aos Governos de então a imperiosa urgência de mais empenho nestas questões.

A partir de 1911, começa a ser nítida essa vontade e há a preocupação pela escola e pelas construções escolares, pretendendo implementar medidas que melhorassem as condições dos espaços escolares e que definissem uma nova orgânica responsável pela *instrução e pelos equipamentos educativos*, como poderemos constatar, no Regulamento para a Fiscalização do Ensino, datado de 23 de Agosto de 1911.

Nos avanços e retrocessos, salientamos de qualquer modo, a vastíssima acção educativa quando da implantação da República.

A Portaria de 13 de Julho de 1912, nomeia uma Comissão¹⁸ para fixar normas técnicas, higiénicas e pedagógicas a que passam a obedecer os edifícios escolares.

Até princípios de 1914, estudaram, organizaram um conjunto de regras que deveriam regulamentar a construção e a funcionalidade dos edifícios.

O seu trabalho, só em 20 de Janeiro de 1917 foi provisoriamente aprovado pelo Governo de Bernardino Machado, (Decreto-Lei nº 2947 do Ministério da Instrução Pública).

No texto destas normas regulamentava de forma bastante clara e concisa todos os pormenores relativos às escolas. Eis alguns dos requisitos que referiam:

- Critérios para a escolha do terreno – Não poderia ser um terreno húmido, acidentado, ou sísmicamente perigoso. Não poderia ter «más vizinhanças», tais como cemitérios, fábricas, tabernas (...)
- Sala de aula – A superfície iluminada não poderia ser inferior a 1/6 do pavimento. Exigiam-se estores ou cortinas para regular a entrada da luminosidade.
- Vestibulos e vestiários – Deveriam ser bem arejados, com cabides para as roupas e prateleiras para colocar os cestos ou os sacos dos alunos.
- Abastecimento de água – Exigia-se o abastecimento de água potável para a escola. Os bebedouros deveriam ser tipo «fonte higiénicas», de forma a evitar o contacto com o corpo dos alunos e assim diminuídas as possibilidades de contágios ou transmissão de doenças.
- Sanitários e esgotos – Deveriam ser de fácil acesso, mas não comunicarem directamente com as salas de aula. Eram dimensionadas e quantificadas as sanitas e lavatórios e o tipo de materiais a utilizar. Nas escolas mistas, haveria um agrupamento de sanitários para cada sexo.
- Habitação do Professor – Cada moradia integrada no edifício escolar deveria ter: gabinete de estudo, sala de jantar, três quartos, cozinha, quintal.

¹⁷ Patrocinou uma escola na sua terra natal, em Santosa / Beira Alta, tendo conseguido o empenho da população local que participou nas obras de forma à sua rápida conclusão, que ocorreu em Abril de 1914.

- Salas de desenho, trabalhos manuais e labores femininos – Deveriam ser bem iluminadas e de modo que estas actividades não perturbassem as aulas.
- Corredores e escadas – Deveriam obedecer a regras de segurança, pelo que se proibiam escadas em leque e corrimãos lisos, (...).

Definiram as seguintes dimensões:

- ❖ 1, 50 m de largura mínima, para os corredores
- ❖ 0, 16 cm de espelho para os degraus e 0,28 cm de cobertor;
- Cozinha e refeitório – Situavam-se no rés-do-chão e poderiam servir para aulas de economia doméstica.
- Iluminação – Exigia-se luz intensa, fixa e difusa. Aconselhavam luz eléctrica incandescente, protegida por globos foscos. Recorrendo ao gás ou ao petróleo, deveriam também utilizar-se mangas foscas e os focos luminosos deveriam ficar sempre a uma distância superior a 1,50 m da cabeça dos alunos.
- Aquecimento – A temperatura ambiente deveria ser entre 14 – 16° C. Recomendava-se as caldeiras de água quente ou a vapor ou ainda o uso de caloríferos a lenha, desde que equipados com um pequeno depósito para a água de forma a garantir o grau apropriado de humidade.
- Ventilação – As escolas deveriam ter chaminés de ventilação, de modo a proporcionar ar renovado, sem poeiras. (etc)

O problema destas “*normas técnicas, higiénicas e pedagógicas*” foi a sua aplicação prática. A participação de Portugal na I Guerra Mundial, as tensões internas – com a subida ao poder de Sidónio Paes – determinavam o bloqueio a qualquer despesa que viesse sobrecarregar as finanças públicas que se encontravam em situação calamitosa.

Chegou-se a elaborar um **projecto-tipo de escola**, que obedecendo às referidas normas tivesse em conta os nossos fracos recursos económicos. Mesmo assim não foi possível aos Governos da República, durante os primeiros 10 anos **definir, projectar e construir** um plano de construções escolares que respondesse às carências do País.

Os Governos sucediam-se. Os problemas da educação foram-se agravando. O Parque Escolar não passava de projectos¹⁹ e as escolas continuavam a funcionar em **casas alugadas de péssimas condições**.

“Em 28 de Maio de 1926 triunfara a marcha militar sobre Lisboa, iniciada em Braga pelo General Gomes da Costa. Estabelecera-se então uma ditadura que conduzia ao governo sectores que mais se opunham ao regime republicano : os Integralistas (linha que fora a de Sidónio Paes), os Grupos de combate católico e tendência monárquica (em que Oliveira Salazar exercia uma acção de relevo) e ainda a direita parlamentar, auto-intitulada de Nacionalista, admiradora de Mussolini.. A mudança radical que se viria a operar no País era imperceptível, nos primeiros tempos: a monarquia não foi restabelecida; as finanças continuavam em situação de desastre; na correspondência oficial mantinha-se o cumprimento formal Saúde e Fraternidade.”²⁰

¹⁹ Fazem parte desta Comissão um arquitecto, (Adães Bermudes), um médico (Sebastião da Costa Sacadura) e um professor, (Arlindo Varela).

²⁰ O Jornal «O Século» de 17 de Julho de 1920, noticiou na época que 119 edifícios em construção para escolas primárias, paralisaram as obras por falta de verbas e 282 chegaram a ter autorização para a sua construção mas pelo mesmo motivo, nunca passaram do projecto.

²¹ Ver – Ob. cit. pág. 103.

De imediato, são substituídos todos os Presidentes das Câmaras e nomeados novos Governadores Cívicos.

A Repartição das Construções Escolares é extinta em 30 de Maio de 1929.

Os edifícios projectados para Escolas Primárias e protelados por dificuldades financeiras vieram a ser construídos apenas nos anos 30, mas com alterações consideráveis ao projecto inicial, já sob a tutela do Ministério das Obras Públicas. Procuram-se então soluções menos dispendiosas. O lema era «reduzir os custos».

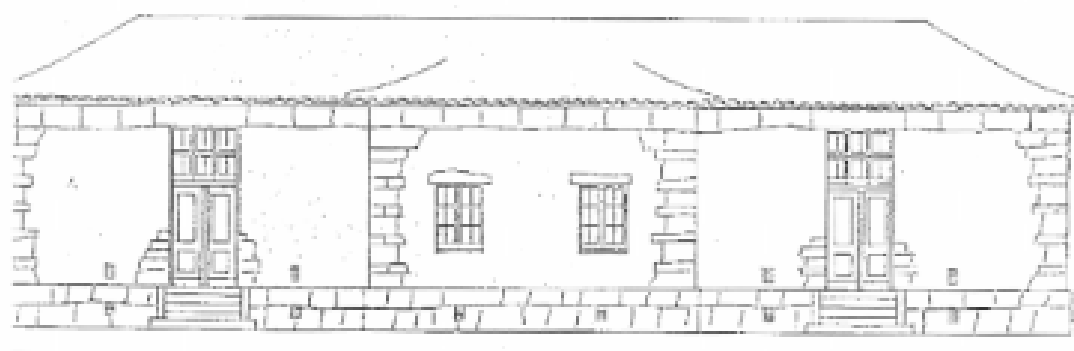
As escolas construídas com projectos-tipos aprovados entre 1929-1935, (tinham sido protelados por dificuldades financeiras e construídos mais tarde), passaram a ser designados, informalmente, como **projectos-antigos**.

Estes projectos de escolas primárias, aparecem codificados, segundo uma ordem de numeração crescente, conforme o caso que contemplavam. Eis alguns traçados originais, fotocopiados do I Volume de Muitos Anos de Escolas, referido na Bibliografia:

TIPO II – NORTE

Escola que compreende duas salas de aula, vestíbulo, museu e gabinete para os professores. Os espaços desenvolvem-se num único piso. Sobre a fachada principal – na zona da entrada – situa-se um átrio cuja cobertura é sustentada por colunas de cantaria.

Houve um projecto Tipo II – Norte para Junça – Almeida (que não chegou a ser executado). Em Caria – Belmonte, Unhais da Serra – Covilhã, Pega – Guarda, Caldelas – Amares e S. Pedro (Arcos) – Ponte de Lima, foram edificadas escolas deste tipo.



TIPO II A - NORTE

Edifício com os mesmos espaços da escola Tipo II, Norte e Centro, mas distribuídos por 1^a e 2^a andar.

Escola de Vermedilho - Aveiro.

ALÇADOS



PRINCIPAL



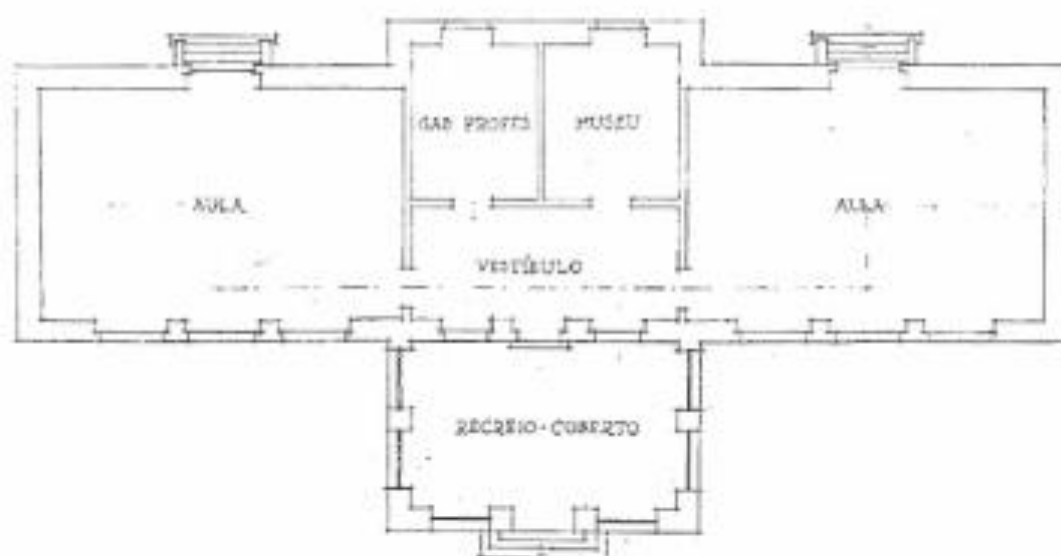
LATERAL

TIPO II – CENTRO

Edifício cuja planta é igual à do Tipo II – Norte. O átrio coberto é delimitado por arcos. Escolas de Sandomil – Seia, Santa Ovaia – Oliveira do Hospital, vilas de Alcanena e Sardoal (escola mista) e Amieira – Nisa.

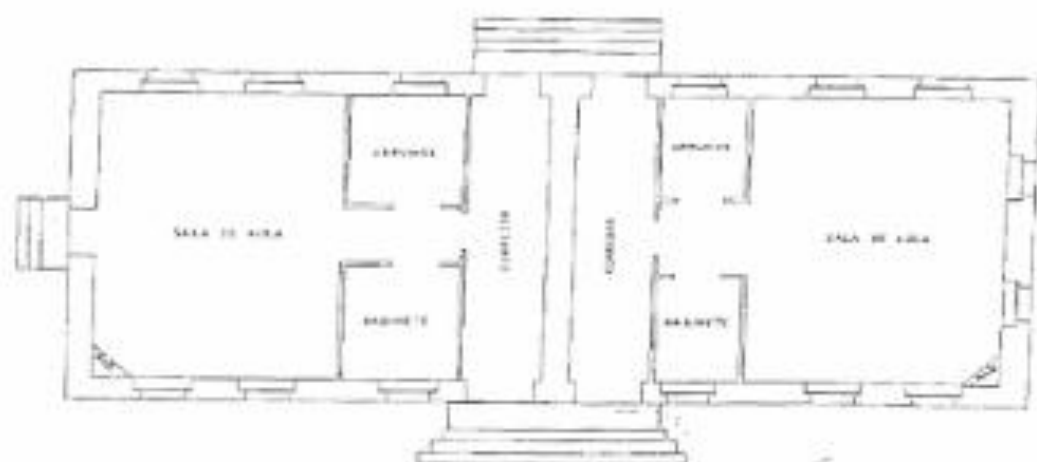


ALCADO PRINCIPAL.



Escola de Vila Chã da Braciosa, Miranda do Douro

Foi uma das escolas programadas no mapa de 1920; foi construída antes de 1926; em 1975 a Direcção Regional do Norte procedeu a obras de recuperação no edifício.

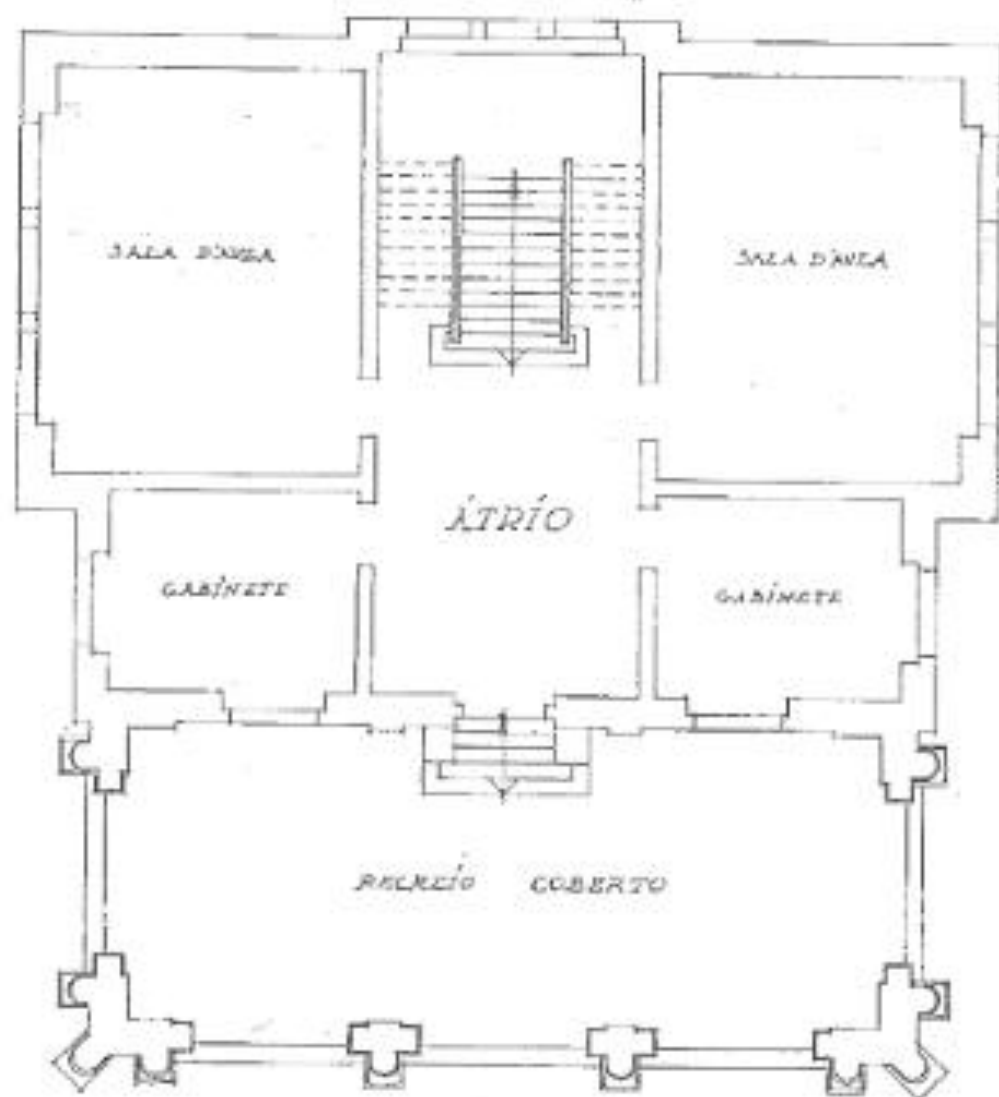


Alçado e planta da Escola de Vila Chã da Brancosa – Miranda do Douro, In processo Câmara Municipal de Miranda do Douro, Arquivo D.G.C.E.

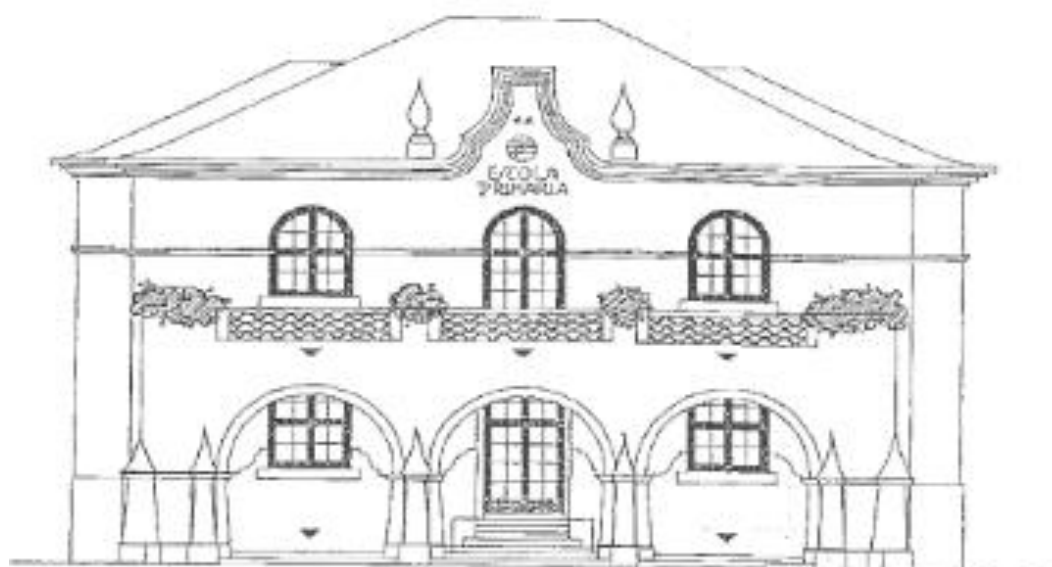
TIPO XLII – n° 81

Edifício de t/c e 1º andar, projectado pelo arq. Eugénio Correia. Consta de quatro salas de aula, gabinetes, museu e um grande átrio interior que articula, sobre a fachada principal, com um recreio coberto, delimitado por arcos.

Escola de Galveias – Ponte de Sor.



PLANTA DO 1º PV.



FRENTE PRINCIPAL



FRENTE LATERAL

Planta e Alçados do projecto Tipo XLII - nº 81, da Repartição das Construções Escolares, In processo da Escola de Galveias - Ponte do Sor. Arquivo D.G.C.E.

TIPO XXXIV - nº 59 CENTRO

Edifício de r/c e 1º andar, compreendendo duas salas de aula e dois gabinetes; a entrada principal faz-se por um alpendre que articula com o corredor.

Foi construída, segundo este tipo, a escola de Monte Claro - Niza.



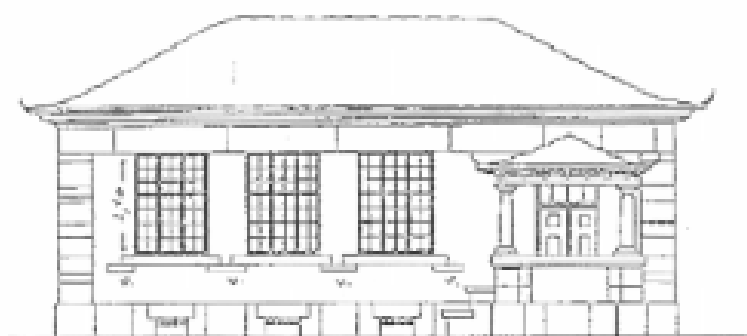
PRINCIPAL



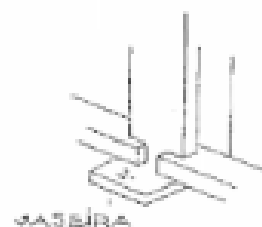
POSTERIOR

TIPO XXV – nº 46

Escola projectada pelo arq. Eugénio Correia, provavelmente em Abril de 1926. Foi o traçado mais modesto da Repartição das Construções Escolares. Para além da sala de aula constava apenas dum pequeno gabinete e dum vestíbulo, que articulava com o alpendre. Este tipo de escola (também as versões em que se acrescentou outra sala de aula, ou duplicou o projecto) foi o mais repetido, em Portugal, até finais da década de 30. O orçamento era o mais baixo dos que nos foi dado recolher (cerca de 19.000\$00 em 1933); a população – pobre e conformada com o analfabetismo – não aspirava a melhor. Do pequeno povoado de Cubalhão (concelho de Melgaço) a Monte Gordo (Vila Real de Santo António) e a Caniço (Santa cruz – Ilha da Madeira) existem, por todo o País, estes pequenos edifícios escolares, construídos segundo a mesma planta, e de acordo com a mesma memória descritiva, por vezes, com variantes nas fachadas e na localização da entrada, e muito frequentemente ampliados.



ALÇADO: PRINCIPAL



BASEIRA

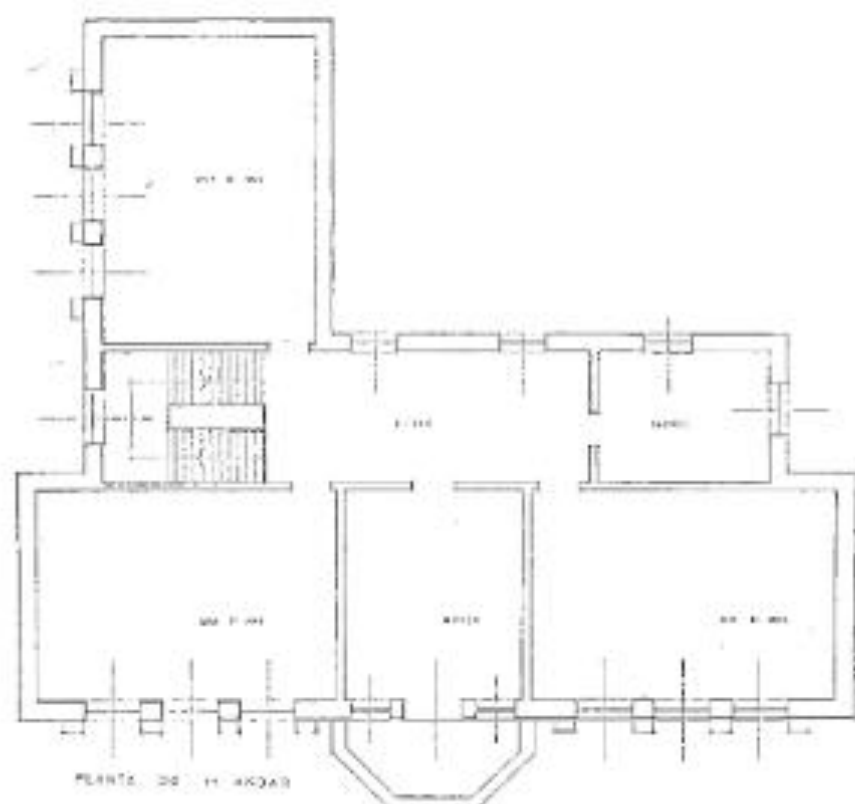


ALÇADO: LATERAL

TIPO XXIV

Edifício de r/c e 1º andar com seis salas de aula e dois gabinetes para professores e um espaçoso recreio coberto. A entrada principal faz-se através dum átrio envidraçado que articula com as áreas de circulação interior do edifício.

Escola do Fundão.



TIPO XXI – NORTE

Conjunto escola – residência, constando o espaço escolar de uma sala de aula, corredor, gabinete do professor e uma sala de arrumos. A entrada faz-se por um alpendre que articula com o corredor. Projecto do arq. Frederico de Carvalho, datado de 1927. Nos dois exemplos que conhecemos deste tipo oficial o projecto foi duplicado sendo iguais os edificios resultantes, embora inseridos em regiões totalmente diferentes – Serra da Estrela e Minho.

Escolas de Folgosinho (Gouveia e Gilmonde) – Barcelos (neste caso, os espaços anteriormente atribuídos a uma das residências foram, em 1978, convertidos em espaços escolares).



ALÇADO PRINCIPAL



ALÇADO POSTERIOR

TIPO XIV – CENTRO

Conjunto escola – duas residências, cujos espaços escolares compreendem duas salas de aula, corredor, gabinetes e vestibulo. A entrada da escola é constituída por um pequeno átrio coberto.

Escola de Póvoa da Galega – Mafra.



ALÇADO PRINCIPAL

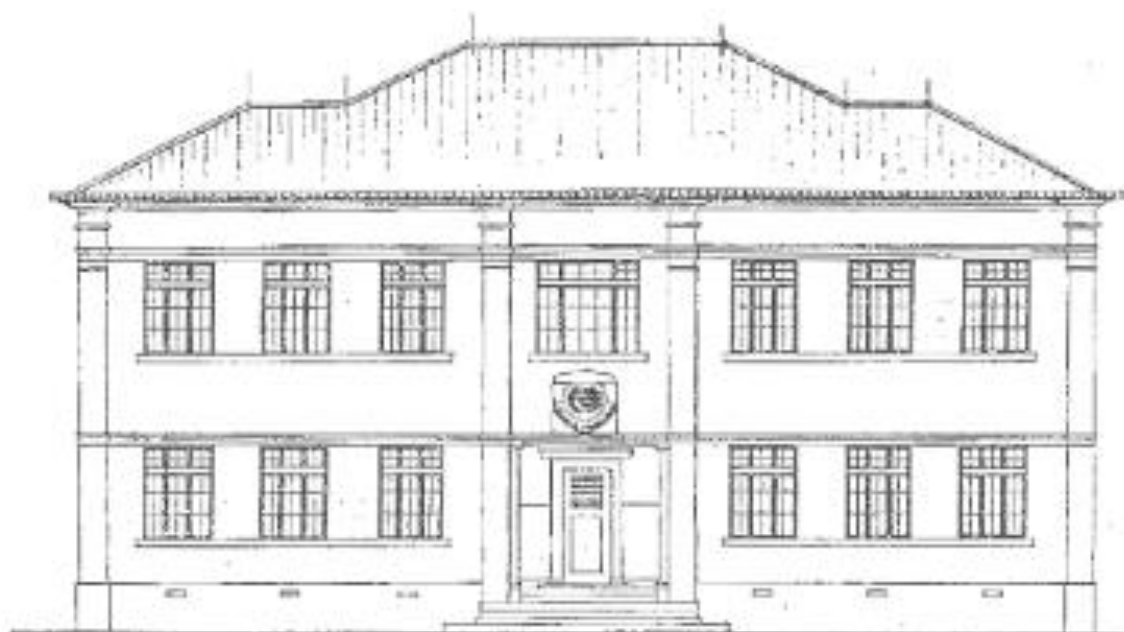


ALÇADO LATERAL
DIREITO

TIPO IX

Edifício de n/c e 1º andar que compreende seis salas de aula e dois gabinetes de professores e um espaço actualmente utilizado como biblioteca.

Escola de Alcains - Castelo Branco.



ALCADO PRINCIPAL



ALCADO POSTERIOR

TIPO III – CENTRO

Escola de três salas de aula, cuja fachada e implantação de duas das salas é muito semelhante à do Tipo II – Centro. A terceira sala situa-se nas traseiras, perpendicularmente ao eixo principal do edifício.

Projecto proposto para a escola feminina de Estói – Faro (não foi executado). Escola Construída em S. Cristóvão – Montemor o Novo.



ALÇADO POSTERIOR

TIPO VII – nº 47

Escola de duas salas de aula (cujos eixos são normais). A entrada principal faz-se através de um alpendre que articula com o vestibulo. Este projecto foi implantado em terrenos com esquinas acentuadas.

É deste tipo a escola de Vila Nova da Barquinha (distrito de Santarém). Era uma das escolas seleccionadas no Mapa nº 1; em 1929/30, a Direcção-Geral dos edificios e monumentos nacionais ainda participou a construção do muro de vedação da escola, que já funcionava.

Edifício igual foi construído em Unhão – Felgueiras (distrito do Porto) e também no concelho de Caminha para a escola comum às freguesias de Gondar e Orbacém.

São conhecidas duas variantes deste projecto. Um foi construído em Vermiosa – Figueira de Castelo Rodrigo; trata-se de uma escola de 4 salas, doada ao Estado, em 1936, por particulares. O Tipo VII – nº 7 foi duplicado, conseguindo-se um edifício com entradas distintas, para ser utilizado em regime de separação de sexos.

Em Picha – Pedrógão Grande (distrito de Leiria) uma das salas do traçado inicial foi substituído por um recreio coberto, que também era utilizado como espaço para a ginástica.



ALÇADO PRINCIPAL



ALÇADO LATERAL DIREITO

As dificuldades surgidas à volta da construção de novos edifícios escolares foram muitas. Alguns deles inovadores para a época foram, desde logo, mutilados no seu traçado original.

As obras arrastavam-se no tempo, chegando alguns a degradar-se sem antes se concluírem, por falta de verbas disponíveis para o efeito.

As orientações políticas (ditadura), centralizava, endurecia e procurava implementar uma sociedade rural. Entendiam que não havia necessidade nem vantagem em ensinar o povo a ler.

Em 1932, o Decreto-Lei nº 21697 de 19 de Setembro, definia que o Estado deveria compartilhar as Construções Escolares apenas em **50% do seu valor**. O restante competia às autarquias e até às populações locais.

O país era pobre e as pessoas na sua maioria também. Não era possível nem viável esta medida. Poucas foram as Escolas construídas durante este período. No entanto, as que se construíram foram, principalmente, da iniciativa de particulares ou compartilhada por beneméritos.²¹

O Decreto-Lei nº 20433 de 16 de Outubro de 1931 determinava:

Art.º 1º – Em todos os edifícios dos estabelecimentos dependentes do Ministério da Instrução Pública, adquiridos, construídos, concluídos ou ampliados após 28 de Maio de 1926, será aposta na fachada principal, embebida em rebocô de alvenaria, uma placa de mármore, de modelo uniforme, com a seguinte inscrição gravada em relevo:

“Edifício adquirido sob o Governo da Ditadura Nacional. Ano de 19..”

§ único. A palavra “adquirido” será substituída pelas palavras “construído”, “concluído” ou “ampliado”, conforme os casos.

A partir de 1933, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos, solicitou aos Arquitectos Raúl Lino e Rogério de Azevedo a elaboração de Novos-Projectos-Tipo, para ser construído em série de forma a reduzir os custos. O projecto foi superiormente aprovado em 1935 e, repetidamente, utilizado em Escolas do Norte e Centro do País.

Para cada caso eram introduzidas pequenas alterações ao traçado original. De referir o caso da Escola da Lourosa / Oliveira do Hospital que depois de pequenas alterações na fachada, foi diversas vezes utilizado.

No caso do nosso distrito, construiu-se a escola de Frechas, concelho de Mirandela, no ano de 1933, identificada com o número 99.

“Para além do texto das leis (que nunca articulou bem com as realidades), as palavras oficiais – discursos, jornais, boletins do ministério – anunciavam bons resultados para os sacrifícios exigidos ao Governo para remediar a ruína e o desleixo em que fomos encontrar as nossas escolas de Ensino Primário Construídas e Reparadas de 1926 a 1935 poderá à primeira vista, imaginar-se que praticamente toda a rede escolar fora contemplada com significativas melhorias...”²²

Mas a prática, foi diferente dos discursos e o espaço-escola degradou-se consideravelmente, ano após ano.

6 – Escolas Raúl Lino e Rogério Azevedo

Estes dois arquitectos conceberam a pedido do Ministério das Obras Públicas (Direcção Geral das Construções Escolares), *Projectos-Tipos Regionalizados* para a construção de Escolas Primárias em série, (entre 1933-1935).

²¹ Estas Escolas eram construídas, segundo o gosto de cada um (Tipo indefinido). Muitos destes particulares eram pessoas com recursos e resolviam assim o problema da colocação de familiares ou amigos recém formados pelas Escolas do Magistério. Na época o benemérito, podia indicar o nome do professor a colocar na escola doada, de acordo com o Decreto-Lei nº 19531, de 30 de Março.

²² Ver – Ob. cit. pág. 197.

“Rogério de Azevedo concebera edifícios escolares para quase todo o Norte e Centro do País. Praticando uma arquitectura considerada inovadora, sabia como esboçar pormenores, como empregar o tijolo, o xisto ou o granito, de modo a harmonizar as fachadas com a zona envolvente. Raúl Lino era conhecedor, e defensor da arquitectura tradicional portuguesa; projectara os Jardins-Escola João de Deus, conseguindo uma notável harmonia edifício-criança-meio; era bem conhecidas as suas opiniões sobre a estética nas escolas e a exigência de bom gosto, que sobrepunha às técnicas de construção, em todos os trabalhos que executava.”²³

O Governo pretendia organizar um Plano Geral de *Projectos-Tipos-Regionalizados de Escolas Oficiais*, concebidos para serem construídos em série, de harmonia com as características da arquitectura regional, as variações climáticas, a luminosidade e os materiais próprios de cada região. A concepção das plantas obedecia a três condições:

1º – Com a planta de uma escola para um “logar” escola-unidade, resolver as plantas das restantes escolas, para efeitos de facilitar ampliações futuras.

2º – Conceber essas plantas de forma a poder aproveitar todos os terrenos seja qual for a exposição a Norte.

3º – “Standardisação” da construção de escolas, por grupos, mesmo que nesses grupos entrem escolas de diferentes números de “Logares”.²⁴

A Divisão Regional, pretendia agrupar as várias zonas do País de acordo com as afinidades em recursos materiais de construção, em mão-de-obra e em processos de construção e ainda em afinidades climáticas. Assim:

- a) Algarve
- b) Alentejo
- c) Estremadura
- d) Beira-Litoral
- e) Beira-Baixa do Sul
- f) Beira Baixa do Norte, Beira-Alta e Minho
- g) Trás-os-Montes.

Rogério de Azevedo foi quem projectou as Escolas do norte, utilizando predominantemente o granito, variantes de tijolo, xisto e outras pedras, de acordo com a Carta Geológica de Portugal.

Também as suas plantas eram repetitivas, para cada solução, segundo os detalhes da arquitectura agruparam-se em seis tipos regionais:

- MINHO (tijolo) – soluções para 1 sala, 2 salas sobrepostas, 2 salas térreas, 3 ou 4 salas.
- ALTO MINHO (cantaria ou granito) – as mesmas soluções.
- DOURO (cantaria ou granito) – as mesmas soluções.
- BEIRA ALTA (cantaria ou granito) – as mesmas soluções.
- BEIRA LITORAL (cantaria) – as mesmas soluções
- TRÁS-OS-MONTES (xisto) – as mesmas soluções.

²³ Ver – Ob. cit. pág. 201.

²⁴ Ver – Ante-Projecto do Plano Geral de Tipos-Regionaes de Escolas Primárias Oficiais a construir em Série, Lisboa 14 de Dezembro de 1933.

Segundo o estudo de Filomena Beja e outros, (1985) foram concluídos nessa época os seguintes edifícios²⁵:

Tipo Raúl Lino = 32 Edifícios (3 tipo Algarve, 17 tipo Alentejo/Ribatejo, 12 tipo Estremadura). Um total de 71 salas de aula.

Tipo Rogério de Azevedo = 56 Edifícios (10 tipo Trás-os-Montes, 12 tipo Alto Minho, 2 tipo Minho «tijolo», 16 tipo Douro, 9 tipo Beira-Alta, 8 tipo Beira-Litoral). Um total de 105 salas.

Face a isto parecem-nos evidentes as contradições entre os textos oficiais, e a dinâmica da construção da carta escolar, prevista num grande plano geral de realizações.

Entretanto o Ministro da Educação Nacional – Carneiro Pacheco, 1936 – ia publicando um conjunto de leis e decretos que impregnavam todo o sistema educativo com a ideologia do **Estado Novo**.

7 – Escolas Plano de Centenários

Apesar dos esforços anteriores, o parque escolar continuava insuficiente, carenciado e pobre. Sentia-se a necessidade de mais escolas, devido ao grande crescimento da população. No entanto os nossos poucos recursos económicos, apelavam à contenção de despesas.

No ano de 1941, em 15 de Julho, foi aprovado o Despacho da Presidência do Conselho de Ministros, publicado em 29 de Julho, Diário do Governo²⁶ nº 174 – 1ª Série, que procurava «normalizar» e definir as regras de construção dos novos edifícios, para o Ensino Primário, de acordo com as orientações políticas dos então responsáveis do Ministério. No seu preâmbulo podemos ler:

“A necessidade de um plano de construções para escolas primárias foi vivamente sentida, quasi desde o princípio, pelo Governo da Revolução Nacional. A verdade é que o País não possui os edifícios necessários para o ensino de toda a população escolar; dos que são utilizados, quer sejam propriedade do Estado ou das câmaras, quer de particulares, nem todos possuem o mínimo de condições higiénicas e pedagógicas que se suporia absolutamente indispensável. Por outro lado, a solução do problema, quando abandonado a si próprio e ao sabor de predilecções locais ou de favores da Administração, revelou-se insuficiente, desconexa e inharmonica com as necessidades do ensino e as possibilidades do País.”²⁷

Reconhecia-se, na época, que a definição de um plano de construções escolares para colmatar as necessidades era um problema complexo, por várias razões. A saber:

1º – O aumento populacional exigia a construção de milhares de edifícios.

2º – Havia necessidade de conjugar critérios de ordem económica e o princípio da distribuição das despesas entre o Estado e as autarquias.

3º – Conjugar ainda os critérios de ordem económica com os critérios de ordem pedagógica.

²⁵ Estes edifícios não obedeciam a lista de prioridades, nem mesmo às necessidades locais. Muitas vezes eram construídos por influências de filiados na União Nacional.

²⁶ A palavra Governo escrevia-se na época, com acento circunflexo.

²⁷ Ver – Despacho da Presidência do Conselho de Ministros, Diário do Governo de 29 de Julho de 1941, 1ª Série.

4º – Havia problemas de ordem técnica para resolver. Sem prejuízo das exigências técnicas e pedagógicas havia que **reduzir** os custos. Havia grandes limitações orçamentais.²⁸

As bases pedagógicas deste plano assentam basicamente nos seguintes aspectos:

- “Função da escola primária; extensão e exigências do ensino;
- Separação dos sexos ou coeducação;²⁹
- Número de crianças em cada sala de aula;³⁰
- Número máximo de salas de aula em cada edifício;³¹
- Localização da escola, ou seja a definição da sua zona de influência, determinada pela distância máxima que a criança pode ser obrigada a percorrer para frequentar a escola; sem prejuízo da ligação à freguesia da residência.”³²

A elaboração deste plano pretendia continuar a utilizar os projectos-tipo regionais.³³ A ideia era a de que não havia desculpa para implantar por toda a parte um tipo de edifício escolar abstracto, sem ligações às características de cada região. Entendeu-se que deveria haver uniformidade, reduzir os elementos arquitectónicos, de forma a reduzir os custos.

Também, o «Plano dos Centenários» não previa que as escolas tivessem **residências** para os professores, nem **cantinas** escolares, pois refere o Despacho atrás citado que essa quantidade de construções escolares era incomportável para as Finanças e o Tesouro.

Relativamente ao distrito de Bragança, o «Plano de Centenários» previa diversas construções escolares, (salas de aula/escolas), a executar num período de mais ou menos dez anos, como poderemos observar no Quadro que se segue. ➤

²⁸ Os responsáveis das construções escolares, calcularam como preço médio, por cada escola, a quantia de 28 contos, a que se deveriam somar 4.500\$00 de mobiliário e material de ensino, mais 1.400\$00 de arranjo do terreno e outras despesas, mais 1.700\$00 para estudos, projectos e fiscalização.

²⁹ O princípio da não coeducação dos sexos era para manter, quer quanto às salas e se possível até quanto aos edifícios, mesmo nos meios rurais.

³⁰ Entendeu-se que o número máximo seria de 40 crianças por sala de aula.

³¹ Sempre que possível o número máximo de salas de aula, em cada escola não deveria ultrapassar as 4 salas, exceptuando o caso dos grandes centros urbanos.

³² Ver – Despacho da Presidência do Conselho de Ministros, Diário do Governo de 29 de Julho de 1941, 1ª Série.

³³ Referimo-nos aos projectos de Raúl Lino e Rogério de Azevedo, já mencionados neste trabalho.

PLANO DOS CENTENÁRIOS – DISTRITO DE BRAGANÇA

| EDIFÍCIOS ESCOLARES | | | | | | | |
|---------------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Concelho | Salas | C/1 sala | C/2 salas | C/3 salas | C/4 salas | Especiais | Total |
| Albânia do Pi | 12 | 10 | 1 | - | - | - | 11 |
| Bragança | 40 | 28 | 2 | - | 2 | - | 32 |
| Carrizosa Anhões | 21 | 19 | 1 | - | - | - | 20 |
| Freixo-Espada-Cinta | 10 | 3 | 2 | 1 | - | - | 6 |
| Macedo Cavaleiros | 33 | 25 | 4 | - | - | - | 29 |
| Miranda do Douro | 14 | 8 | 3 | - | - | - | 11 |
| Mirandela | 54 | 45 | 1 | 1 | 1 | - | 48 |
| Mogadouro | 25 | 16 | 3 | 1 | - | - | 20 |
| Torre Moncorvo | 23 | 8 | 6 | 1 | - | - | 15 |
| Vila Flor | 14 | 14 | - | - | - | - | 14 |
| Vimioso | 17 | 9 | 1 | 2 | - | - | 12 |
| Vinhais | 38 | 26 | 3 | 2 | - | - | 31 |
| TOTAL | 301 | 211 | 27 | 8 | 3 | - | 249 |

Adaptado – Despacho da Presidência do Conselho de Ministros, 29 Julho de 1941.

A ideia de atribuir o nome de «Plano dos Centenários» ao projecto das construções escolares foi, segundo o Ministério da Instrução Nacional,³⁴ uma forma de celebrar as comemorações dos nossos oito séculos de história com uma realização de largo alcance para todos e não celebrar, apenas, com solenidades festivas.

“... o nome de «Plano dos Centenários», ligando às comemorações dos nossos oito séculos de história a realização de medida de tão largo alcance para a Nação. Embora sobejamente demonstrado, afirma-se mais uma vez por esta forma que o grande jubileu nacional não foi apenas motivo de solenidades festivas, mas impulso decisivo em numerosíssimas realizações do maior interesse nacional.”³⁵

8 – Escolas do «Plano»

Algumas das construções escolares projectadas no «Planos dos Centenários», acabariam por não se realizar. Este novo «Plano», propunha-se assegurar a realização das obras em curso, bem como executar as que se entendiam necessárias para melhor as construções escolares.

³⁴ Denominação da época, do actual Ministério da Educação.

³⁵ Ver – Despacho da Presidência do Conselho de Ministros, Diário da República de 29 de Julho de 1941, P. Série.

É promulgada a Lei nº 2107, publicada no Diário do Governo, 1ª série, nº 79, de quarta-feira 5 de Abril de 1961.

O plano de construções escolares, que abrange, escolas, cantinas e mobiliário, então aprovado passará a designar-se vulgarmente de «Plano».

O financiamento depende do Ministério das Obras Públicas, com excepção da aquisição ou expropriação dos terrenos necessários, que serão suportados pelas Câmaras.

A execução é da competência da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, por solicitação da Delegação para as Obras de Construções Escolares:

1º – Promover a construção nos terrenos para o efeito adquiridos, ou por empreitada ou por outra forma mais adequada às circunstâncias e de acordo com os projectos-tipo aprovados pelo Governo, das escolas primárias abrangidas por esta lei;

2º – Promover, nos mesmos terrenos, a construção das cantinas escolares, satisfeitas as condições estabelecidas na legislação especial aplicável.²⁶

A execução poderia ainda ser confiada às Câmaras Municipais, se o Ministro das Obras Públicas, assim determinasse. Normalmente esta tomada de decisão tinha como finalidade uma maior economia e rapidez de execução, bem como o compromisso solene de respeitar os projectos-tipos e orçamentos pré-definidos pelo Governo.

Se as Câmaras, eventualmente, não concluíssem os trabalhos nos prazos estabelecidos, tinham que suportar na íntegra os custos adicionais das obras.

Em situações pontuais, algumas destas eram executadas pelas Câmaras e obedeciam, ainda, a projectos próprios, depois de submetidos à aprovação do Ministro responsável e se as autarquias assumissem os encargos daí resultantes.

As construções escolares, previstas para o Distrito de Bragança, ao abrigo do «Plano» eram as seguintes:

ESCOLAS DO «PLANO» – DISTRITO DE BRAGANÇA

| DISTRITO | EDIFÍCIOS ESCOLARES | | | | | TOTAIS | |
|----------|---------------------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------|
| | C/1 sala | C/2 sala | C/4 salas | C/6 salas | C/8 salas | Edifícios | Salas |
| | | | | | | a) | b) |
| Bragança | 259 | 80 | 5 | 2 | - | 346 | 451 |

a) Contou-se como um edifício o grupo de salas de aula resultante da ampliação de um edifício existente.

b) Incluindo salas de aula a construir por ampliação em edifícios existentes.

Este «Plano» referia ainda o aproveitamento das construções escolares existentes. Sempre que possível deveriam ser reparadas e adaptadas de acordo com projectos, orçamentos e cadernos de encargos aprovados pelo Ministério das Obras Públicas.

A conservação das construções escolares, definida no Capítulo V, da Lei 2107, incluía duas modalidades:

1º – **Conservação corrente** – Pequenos arranjos e reparações de carácter eventual e urgente.

²⁶ Ver – Diário do Governo, Lei nº 2107, 1ª Série, nº 79 de 5 de Abril de 1961.

2º – Conservação periódica – Reparações gerais, exigidas pelo desgaste normal, e deveriam ser realizada de cinco em cinco anos.

As Câmaras Municipais deveriam executar obras de conservação corrente e o tratamento dos logradouros, bem como efectuar os trabalhos de conservação necessários para manter em bom estado as escolas.

9 – Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

9. 1. – A Realidade no Distrito de Bragança

É consensual a ideia de que os espaços escolares, são imprescindíveis, para promover a mudança preconizada pelas actuais reformas educativas.

O espaço escola não é, apenas, o lugar onde os protagonistas do sistema educativo, desenvolvem o processo de ensino-aprendizagem.

A arquitectura escolar é mais do que o cenário, ela é uma parte do currículo.

“La arquitectura escolar es también por sí misma un programa, una especie de discurso que instituye en su materialidad un sistema de valores, como los de orden, disciplina y racionalidad, unos marcos para el aprendizaje sensorial y motorico y toda una semiología que cubre diferentes símbolos estéticos, culturales y aun ideológicos. Al mismo tiempo, el espacio educativo ha reflejado en su formato las innovaciones pedagógicas, tanto en sus concepciones generales como en los aspectos más técnicos.”²⁷

Partilhamos, também, da ideia de que um espaço estruturado, adequadamente, pode facilitar o processo de ensino-aprendizagem. É pois necessário encontrar soluções que permitam proporcionar adaptação e flexibilidade na sua utilização. Sendo o espaço escolar um elemento privilegiado de inovação, é para nós incompreensível a pouca sensibilidade das entidades responsáveis para investir na reestruturação da rede escolar, particularmente neste distrito.

As Escolas existentes, foram na sua maioria construídas durante o período do Estado Novo. Na época, os valores político-ideológicos expressos em toda a legislação inerente ao sistema escolar assumiam a diferenciação entre classes e enalteciam as populações do meio rural valorizando a sua actividade agrícola e veiculando a ideia: «onde houver um aluno, deverá ser construída uma escola», para que este possa ser útil à sua comunidade e a pátria. Ainda hoje, grande parte das nossas escolas funcionam em edificios construídos nesse tempo. A renovação do Parque Escolar é urgente. A sua degradação, é uma realidade bem conhecida dos professores que trabalham neste distrito.

Foram construídas para escolas de lugar único. São, ainda, escolas de lugar único. Dispersas... Esquecidas... Envelhecidas!...

As construções escolares do 1º Ciclo do Ensino Básico e a sua manutenção são da competência das Autarquias. Mas, um número significativo destes edificios encontram-se degradados *interiormente* e *exteriormente*.

²⁷ Ver – “Viaje por las escuelas de Castilla y León”, de Luís Bello, Edición y estudio introductorio de Augustín Escolano, págs. 183 e 184.

Os espaços escolares, que hoje temos, não são acolhedores, nem agradáveis, quer para alunos quer para professores. O desgaste natural que o tempo ocasionou, deteriorou quer as instalações, quer o pouco mobiliário existente. O incorrecto dimensionamento dos espaços escolares, dificulta e, em muitos casos, impossibilita o normal desenvolvimento da actividade curricular.

Estas dificuldades acentuam-se quando se pretendem desenvolver actividades de apoio educativo, de complemento curricular e de ocupação de tempos livres.

Esta situação, a par da ausência de refeitórios, de falta de espaços para a prática de actividades desportivas ou ateliers de expressão artística ou plástica, obriga a repensar toda a concepção e renovação do parque escolar.

São escolas que o tempo deteriorou. Esqueceram-se os responsáveis que em educação começa-se incessantemente.



Fotografia 23 – Escola de Bragada, no concelho de Bragança. Construída, possivelmente, no ano de 1926, pertencente à tipologia do Período da República – Projecto tipo XXV. Fotografia tirada em 12.05.2002, onde podemos ver o estado de degradação do edifício e a falta de um espaço exterior (acesso directo para a rua).

10 – Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

11.1. – *A Realidade no Concelho de Bragança*

O que nos propomos fazer, neste capítulo é uma análise que incidirá sobre os espaços escolares do 1º Ciclo do Ensino Básico, do ano lectivo 2001/2002 do concelho de Bragança, que se situa no Nordeste Transmontano e ocupa uma área total de 1173,9 km², com 49 freguesias e 118 localidades. Este concelho tem características eminentemente rurais, e a pesada marca da interioridade foi deixando reflexos vários, nomeadamente a desertificação da região.

Entendemos que nem o local, nem o material são a Escola. Mas, o espaço está cheio de significações. Por isso, julgamos que o modelo actual se esgotou.

A Escola Esquecida, Envelhecida, Unitária e com um reduzido número de alunos, não é solução. Certamente, não fazemos mais do que adiar o problema³⁵.

"Pero los niños son siempre dignos de las mejores escuelas imaginables. No es preciso esperar otra generación de niños (...)"³⁶ e todos somos unânimes em reconhecer que as crianças têm os mesmos direitos, quer vivam no meio rural ou no meio urbano, quer vivam no litoral ou no nordeste transmontano.

E, ao não procurarmos caminhos contribuímos, com a nossa passividade, para que os nossos alunos não tenham direito à Escola do Séc. XXI que o relatório da UNESCO recomenda,³⁷ desde 1996.

Quando se aborda esta questão há em nós (pais, autarcas, professores) uma resistência passiva, possivelmente com receio de optar por algum outro modelo que contribua para uma desertificação mais acelerada das nossas aldeias.

Julgamos que tal não é verdade. A Escola que temos não contribui, (nem contribuiu) em nada, para fixar a gente que aqui nasceu. Temos insistido em adiar, em encontrar um outro modelo de Escola que dê às nossas crianças uma Educação de acordo com os tempos que vivemos e que a Lei deste país, também, consagra (Lei 46/86, de 14 de Outubro).

Parece-nos que, de algum modo, se tem confundido a Escola Rural, com a Escola Primária.

Mas, esta pequena unidade não pode resolver os problemas da desertificação. Há outros problemas estruturais que os responsáveis políticos não têm conseguido solucionar.

Será que já se lembraram de equacionar outras políticas para o meio rural e disponibilizar outros serviços sociais (bibliotecas, cantinas, centros de saúde, banco, correios, lares de apoio à terceira idade)?

Os argumentos utilizados até agora, por muitos de nós, (quando se encerra uma escola termina mais uma aldeia ou as crianças não devem ser retirados do seu contexto familiar nestas idades ou, ainda, ao encerrar uma escola estamos a contribuir para acelerar o processo de desertificação) não justificam, em nosso entender, o processo de desinvestimento feito por sucessivos governos relativamente ao ensino primário.

Pensamos que estes argumentos até poderiam ser válidos se enquadrados num leque mais vasto de políticas para o meio rural. Mas, afinal, como utilizá-los construtivamente na procura de uma escola rural com outros recursos?

Relembramos que os discursos políticos, após 25 de Abril de 1974, foram sempre no sentido de revalorizar esta escola e este nível de ensino. A verdade é que nunca passou de um processo de intenções.

Dado que estas preocupações nos acompanham há vários anos, decidimos visitar todas as Escolas em funcionamento, para reflectirmos sobre as mudanças ocorridas ao longo de mais de um Século, ou seja, desde que se iniciou a construção de um plano nacional de construções escolares, registando as imagens da arquitectura escolar através de fotografia.

³⁵ Ver - Anexos deste trabalho o número de crianças que frequentam o ensino básico no concelho de Bragança.

³⁶ Ver - Viaje por las escuelas de Castilla y León, de Luís Bello, Edición y estudio introductorio de Augustin Escolano, pág.166.

³⁷ Ver - Educação Um Tesouro a Descobrir - Relatório da UNESCO, Jacques Delors et, pág. 77.

De salientar que, antes de iniciarmos este trabalho e tendo em conta a nossa experiência profissional, julgávamos ter uma ideia do parque escolar do concelho de Bragança.

Mas, foi interessante! Verificamos que estávamos longe do conhecimento da realidade. E a realidade é um parque escolar muito pobre (reduzido à sala de aula) e que pouco ou nada se alterou, ao longo de muitas décadas.

Vejamos, então, que tipos de Edifícios Escolares se encontram, actualmente, em funcionamento:

| TIPO DE ESCOLAS | NUMERO DE SALAS | NUMERO DE SALAS FUNCIONAR | LOCALIDADE | ORSS |
|---|-----------------|---------------------------|--------------------------|-----------------------|
| Antes Democratizadas | 2 | 1 | Outeiro | |
| 1888 - Aprovação Projecto | 1 | 1 | S. Pedro | |
| 1902 - Contrato Empréstimo | 2 | 1 | Iseda | |
| 1910 - Construção | | | | |
| Período da República | 1 | 1 | Vale da Nogueira | A - 180 de |
| 1910 - 1933 | 1 | 1 | Paço de Mós | Rebordãos (se |
| | 1 | 1 | Rebordãos | alterado (estudo a |
| | 1 | 1 | Bragança | terreno e executado o |
| | | | | projecto) |
| Projectos-Tipo Regionalizados | 4 | 4 | Esc. nº 1 - Estacado | |
| Raul Lino/Rogério de Azevedo | 4 | 4 | Esc. nº 2 - S. Sebastião | |
| 1933 - 1935 | 4 | 4 | Esc. nº 4 - Lameira | |
| | 1 | 1 | Esc. nº 5 - Estação | |
| | 1 | 1 | Castro Avellós | |
| Plano dos Centenários | 2 | 1 | Cordoso | |
| Construídos até 1955 | 4 | 1 | Parada | |
| | 2 | 1 | Serapicos | |
| | 1 | 1 | Milhão | |
| | 1 | 1 | Zelo | |
| Plano dos Centenários - Tipo Rural | 1 | 1 | Almonde (alterado) | |
| | 1 | 1 | Castrelos | |
| | 1 | 1 | Condeus | |
| | 1 | 1 | Babe | |
| | 1 | 1 | Ilçaç (alterado) | |
| | 1 | 1 | Freixadelo | |
| | 1 | 1 | Grijó de Parada | |
| | 1 | 1 | Vargo (alterado) | |
| | 1 | 1 | Sourido | |
| | 1 | 1 | Calvelhe | |
| | 1 | 1 | Sarzedo | |
| | 1 | 1 | Alfaião | |
| | 1 | 1 | Lanção | |
| | 1 | 1 | Sentes | |
| | 1 | 1 | Nogueira | |
| | 1 | 1 | Carragosa | |
| | 1 | 1 | Macedo do Mato | |
| | 1 | 1 | Sancerte (alterado) | |
| | 1 | 1 | Rio Frio | |
| | 1 | 1 | Pombares | |
| | 1 | 1 | Vila Boa | |
| | 1 | 1 | Vale de Lamas | |
| | 2 | 1 | França | |
| | 2 | 1 | Fontes | |
| | 2 | 1 | Espinhoeira | |
| | 2 | 1 | Santa Comba Rossas | |
| | 2 | 1 | Dellão | |
| | 2 | 1 | S. Julião (alterado) | |
| | 2 | 1 | Gimonde (alterado) | |
| | 2 | 1 | Sami | |
| | 2 | 1 | Pinela (deh. post. Isma) | |
| | 2 | 1 | Iseda | |
| | 2 | 1 | Paradas (alterado) | |
| | 2 | 1 | Quintanilha | |
| | 2 | 1 | Rabal | |
| | 2 | 1 | Quintela de Lameças | |

(continua)

| TIPO DE ESCOLAS | NUMERO DE SALAS | NUMERO DE SALAS FUNCIONAR | LOCALIDADE | OBS |
|---|-----------------|---------------------------|--|------|
| Plano dos Centenarios - Tipo B3 | 1 | 1 | Carcedo | |
| Depois de 1972 | 1 | 1 | Oleiros | |
| | 1 | 1 | Fornil | |
| | 1 | 1 | Carvele | |
| | 1 | 1 | Mós | |
| | 1 | 1 | Viduedo | |
| | 2 | 1 | Silvas | |
| Escolas Área Aberta - PA | 2 | 2 | Esc. nº 7 - Cantarias | |
| | 2 | 2 | Esc. nº 8 - Amor Mirandela Esc. nº 9 - Mãe d'água | |
| Indefinidos | 4 | 4 | Escola nº 6 - Tronil | 1961 |
| | 4 | 4 | Escola nº 3 - Beiras | |
| Projectos Especiais Câmaras Municipais | 3 | 6 | Esc. nº 10 - Campo Redondo | 1985 |
| | 3 | 2 | Esc. nº 11 - Formarigos | 2001 |
| Não Construído para o Bacia | 1 | 1 | Lagomar | |

Quadro 1 - Tipologias dos Edifícios Escolares do concelho de Bragança.

Agora vejamos os recursos humanos no concelho de Bragança no ano lectivo 2001/2002, e em especial, a relação professor/aluno:

** - Esta EBI iniciou o ano lectivo com 79 alunos matriculados, dos 4 anos de escolaridade. A partir de Janeiro de 2002 foram transferidos 39 alunos para a EBI nº 11 (Formarigos), que foi inaugurada em Dezembro de 2001.

*** - Mais um professor de acordo Decreto-Lei nº 35/88 de 4 de Fevereiro, artº 4º, ponto 8, alínea a)

**** - Neste quadro não estão incluídos os professores colocados nos apoios educativos.

Vejamos, seguidamente, em pormenor a arquitectura das escolas do concelho de Bragança:



Fotografia 24 - Escola de Rebordãos. Foi construída em 1926 e é uma tipologia das Escolas do Período da República, mas já sofreu alterações.



Fotografia 25 - Escola de Vale de Nogueira. Foi construída em 1926 e é uma tipologia das Escolas do Período da República, tipo projecto XXV.



Fotografia 26 e 27 – Escola de Parada, com 4 salas e Escola de Coelhoso, com duas salas. São ambas tipo Plano dos Centenários (Tipo Minho-Granito) construídas antes de 1955.



Fotografia 28 - Escola de Fontes, tipo plano centenário rural, 2 salas.



Fotografia 29 - Escola de Nogueira, tipo plano centenário rural, 1 sala.



Fotografia 30 – Escola de Carragosa., tipo plano centenário rural, 1 sala, mas com o pátio em aberto.



Fotografia 31 – Escola de Mós. Foi construída depois de 1972 e é tipo R3.

Tendo em conta os elementos dos quadros anteriores poderíamos perceber com facilidade que esta rede escolar está, drasticamente, desajustada da realidade actual.

Vimos no Quadro I, que a maioria das Escolas Primárias do Concelho são obra do período do Estado Novo.

Relativamente aos elementos do Quadro II concluímos que a relação professor/aluno é de sensivelmente 6 alunos por professor, excluindo ainda os professores colocados ao abrigo do Decreto-Lei 35/88 de 4 de Fevereiro, artº 4º, ponto 8, alínea a). Parece-nos que, de forma alguma, se justifica a quantidade de escolas rurais em funcionamento, dado que o número de alunos não é significativo e a tendência é para diminuir.

Depois, as imagens aqui apresentadas, completam os elementos do Quadro I. Mostram-nos quais as tipologias dos edifícios da escola primária do concelho de Bragança. Verificamos que na sua grande maioria são obra do período do Estado Novo. Por outro lado são a face visível do estagnamento e da ausência de investimentos neste nível de ensino.

Os recursos existentes são, ainda, a sala única, quadro negro, as carteiras e como inovação salientamos que todas têm agora computador, com acesso à Internet.

Esta nossa constatação gostaríamos que fosse entendida **não como crítica**, mas como ponto de partida para reflectirmos de uma outra forma a Escola Alicerce que é urgente renovar. E, responsáveis somos todos!

Não podemos continuar a equacionar o problema desta forma. Recordamos que quando esta rede escolar foi pensada tinha um lema claro, que assentava na triologia: Deus, Pátria e Família e pretendia ser um espaço para aprender a ler, contar e escrever.

Hoje a escola mantém estas aprendizagens básicas, mas deve educar para os valores da solidariedade, equidade, colegialidade, democracia (...). De acordo com as recomendações da Unesco deve assentar em 4 pilares (aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conhecer, aprender a viver juntos...). Assim perguntamos:

– Do ponto de vista dos alunos, como aprender a viver juntos, se nunca tiveram oportunidade de vivenciar essa experiência? Afinal, como educar para a colegialidade, sem a poder praticar?

– Do ponto de vista dos professores, como reclamar outra escola com mais recursos, se o número de alunos é tão reduzido?

– Do ponto de vista dos responsáveis, como fazer grandes investimentos em escolas que quase já não têm alunos e não se perspectiva que tal venha a acontecer? Concluímos com a percepção de que o Ministério da Educação, apesar de tudo, gasta muito dinheiro com a Educação, mas da forma menos racional possível e, cumulativamente, percebemos que não disponibiliza uma Educação de qualidade às nossas crianças. E gostaríamos de sublinhar de novo que **responsáveis somos todos nós!**

11 – Escolas de Castilla e León

Depois do diagnóstico que fizemos das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, do concelho de Bragança, vamos agora analisar as Escolas de “Castilla e León”.

Iremos fazer uma breve abordagem (comparativa) baseada em elementos recolhidos na bibliografia disponível, dado que por questões de tempo, seria impossível realizar o mesmo género de trabalho que fizemos no concelho de Bragança.

Através das referências bibliográficas de Luís Bello, de Agustín Escolano Benito e de Miguel Grande Rodríguez, pareceu-nos que a arquitectura escolar em Espanha, não obedeceu a tipologias, ou seja, a modelos tipos de locais de Escola.

Na verdade, o desenho dos espaços escolares é a memória de um tempo, de uma ideia de sociedade. São representativos do modelo de acções formativas e do cenário das práticas educativas, com códigos e regras de determinada realidade, mas, em Espanha, não foram representadas da mesma forma arquitectónica.

Porém, a arquitectura escolar é, também, em Espanha tal como em Portugal, uma mediação pedagógica, um programa com valores que condicionam as condutas e as práticas e dão sentido à formação de novas gerações.

“El edificio escolar es, como otros edificios institucionales, un constructo dotado de una fuerte carga semántica que puede ser expresada en señales simbólicas y descrita a través de metáforas y otros modos de expresión retórica. Además de estar provisto de una estructura e inteligencia invisibles, el espacio-escuela exhibe señales emblemáticas que vehiculan valoraciones culturales y morales, (...)”⁴¹

Acreditamos, também, que assim é. Porém, sabemos que, em Espanha, as Escolas Primárias (em especial as rurais) foram objecto de grande debate na década de 70. Sublinhamos que nos centros mais urbanos os espaços foram sendo actualizados de acordo com as necessidades decorrentes das políticas educativas.

Com a Lei Geral de Educação, de 1970, as mudanças da rede escolar foram profundas. Deu-se início a grandes concentrações de alunos. No curso de 1970-71, havia em Castilla e León 6596 Escolas, das quais 2425 eram Escolas mistas de um só professor e 3212 eram Escolas unitárias.⁴²

Sabemos que em algumas províncias, deste País, houve grandes movimentos em defesa da manutenção da escola rural, o que permitiu que, ainda, hoje se encontrem em funcionamento algumas com um número de alunos que, também, não será o mais aconselhável.

A verdade é que, houve debate e vontade de transformar esta Escola, dotando-a de mais recursos, quer humanos quer materiais. Referimos a propósito, as equipas de docentes itinerantes que se deslocam ao meio rural, bem como a criação de infra-estruturas mais consentâneas aos tempos que vivemos. Também, a rede escolar foi sendo revista e adaptada como tivemos oportunidade de verificar.

E, ainda que como mera curiosidade, vejamos o caso de três Escolas da área da província de Castilla e León:

⁴¹ Ver – *Tiempos y espacios para la escuela – Ensayos históricos* – Agustín Escolano Benito, pág. 237.

⁴² Ver – Miguel Grande Rodríguez – *Política Educativa Y Escuela Rural En Las Tres Últimas Décadas* – Hesperides, 2001.



Fotografia nº 33 – Colégio Regeneración 27. Construído em 1946. No ano lectivo de 2001/2002 era frequentado por 343 alunos e exerciam aí 29 professores.



Fotografia nº 31 – Colégio de Tierno Galván, construído em 1985 – Situado ao sul de Villabino. Faz parte, ainda, desta Escola o Colégio de S. Miguel, que dista 1200 metros. Tem uma equipa de 14 professores mais 1 pedagogo, 1 assistente social, professores de língua portuguesa, 1 professor de inglês, biblioteca, cantina e outros recursos. É frequentado por 186 alunos.



Fotografia nº 32 – Colégio de S. Miguel. Construído em 1970. Em 2001/2002 era frequentado por 430 alunos, e exerciam aí 35 professores.

Entendemos que os elementos aqui apresentados, a título meramente exemplificativo, são escassos e não nos permitem formular juízos de valor. No entanto, é possível verificar algumas diferenças substantivas, quer a nível de frequência, quer a nível da afectação de recursos e por fim, também, na criação de infra-estruturas. Parece-nos que se têm procurado novas soluções desde 1970, conforme já referimos anteriormente.

De salientar, que ao longo deste trabalho fomos concluindo que, do nosso ponto de vista, não houve um plano nacional de arquitectura escolar. No entanto, as escolas têm alguns traços arquitectónicos comuns de acordo com as políticas educativas de cada época. É interessante verificar que, de imediato, quando nos aproximamos percebemos estar em presença destas.

Talvez as Escolas tenham sido desenhadas por arquitectos tendo como base as exigências legais, traduzindo as orientações de cada momento (histórico, político, social e até económico).

Julgamos poder afirmar, que à medida que essas mudanças aconteciam os espaços iam sendo pensados e renovados, dotando-os das condições possíveis.

Gostaríamos de sublinhar que não entendemos que seja este o modelo a seguir na nossa região (distrito de Bragança) mas é, seguramente, um caminho para reflectirmos as novas exigências da educação para o Séc. XXI e, conseqüentemente, novas disponibilidades surgirão de forma a revermos, com inovação, a situação dos espaços escolares onde vivem e trabalham os **parentes afastados** das políticas educativas (de outrora e de agora).

Conclusão

Ao terminarmos este trabalho (do nosso ponto de vista, modesto) reconhecemos com alguma nostalgia que, ainda, há muito para fazermos nesta Escola.

Relativamente ao caso de Espanha, não podemos fazer juízos valorativos. Porém, arriscamos em afirmar que não sendo o modelo ideal é, sem dúvida, mais actual e não é comparável, nem em dimensão, nem em recursos, nem em número de alunos (...).

Estas afirmações têm como base não, apenas, as escolas aqui referidas, mas a bibliografia consultada e, ainda, os testemunhos de dois professores portugueses destacados na Área Consular de León, no CRA de “Laciana” – Villager de Laciana. Sabemos que o espaço escolar em Espanha se foi alterando de acordo com as necessidades e as políticas educativas mas, na verdade, não houve uma arquitectura escolar, claramente, definida para cada momento histórico-político.

No caso de Portugal, diríamos que, quem de alguma forma está ligado à Educação, não pode deixar de ficar impressionado com as mudanças que ocorreram nas escolas portuguesas, ao longo das últimas três décadas.

Indubitavelmente, Portugal, nos últimos trinta anos mudou a sua face em muitos campos: políticos, económicos, sociais e, até, culturais.

Também, a Escola é hoje o espelho dessa realidade nacional. No entanto, há um sector da Educação, onde tudo permanece como outrora. Parece até que é **imutável!**...

A propósito referimos as palavras do Investigador Jubilado – Eurico Lemos Pires – que diz:

“(...) e há várias qualidades de escolas que são as de qualidade número um as de qualidade número dois e as de qualidade número três e as primeiras chamam-se escolas primárias e são as mais pobrezinhas... (...)”⁴³

Na verdade as Escolas do 1º Ciclo, (referimos o caso específico do distrito de Bragança), apesar da Reforma do Sistema Educativo Português, (1988), e das diversas alterações curriculares, das inovações tecnológicas, das inovações pedagógicas (...) elas permanecem idênticas, ou seja: **ainda são o que eram.**

De uma forma geral, diríamos que os autarcas desta região foram pouco sensíveis em **colaborar** na reestruturação da rede escolar que apontava já para o agrupamento (concentração) de escolas, criando pequenos núcleos escolares, podendo coexistir com outros níveis de ensino. Apesar de tudo, eles não foram, do nosso ponto de vista, os principais responsáveis. Que fizeram as estruturas regionais e até nacionais nesse sentido? Que contrapartidas ofereceram para tais investimentos?

Todavia, mais importante do que encontrar responsáveis é encontrar soluções.

Não nos parece viável o encerramento de uma escola unitária e o transporte das suas crianças para outra em idênticas condições.

Na verdade, são necessários novos espaços, bem localizados (não apenas geograficamente, mas tendo em conta as taxas de natalidade dos contextos onde vamos construir), bem iluminados, bem aquecidos e protegidos de ruídos. Parece-nos fundamental uma boa implantação do edifício no meio, a exigir um estudo apurado das características

⁴³ Ver – Jornal RUMOS, Jornal de Informação Pedagógica, Ano 4, Número 18, Outubro de 1997.

naturais e que responda às necessidades da sua população. Este aspecto é importante, mas é-o igualmente a dotação dos meios necessários para o seu pleno funcionamento.

Mas, o que é essencial é criar condições que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem, para que nossos jovens tenham oportunidade de vivenciar uma escola de maior qualidade onde cada um se transforme em cidadão de pleno direito.

Relembramos que alguns investigadores e pedagogos defendem o espaço como factor educativo. Assim, será então uma prioridade adequá-los aos tempos actuais. Dizem até que: **“o espaço é um lugar de acções formativas.”** E, como já referimos, partilhámos dessa ideia.

Acontece que os destinatários, professores e alunos, da «Escola-Alicerce», são pouco reivindicativos e, por isso, têm pouca vocação mediática. Os primeiros pelo isolamento em que trabalham, pela rotina instalada na classe, pelo estatuto social degradado (...) os segundos por ainda não terem capacidade de se organizar para reclamar os seus direitos de homens do amanhã.

O que é certo é que a maioria das escolas deste distrito apenas tiveram direito a obras de manutenção. **Percebemos que é um sector em abandono.**

Todos sabemos que no nosso distrito a desertificação se acentuou e o número de crianças tem vindo a diminuir drasticamente. Por isso, a nossa proposta não é encerrar escolas sem perspectivar o futuro, mas precisamos procurar outras formas, outros caminhos. E, nesse sentido, seria interessante e, também, fundamental que todos os actores da comunidade educativa se sentassem para encontrar soluções ajustadas tendo em conta as características desta região e pensando na importância de transformar esta Escola, para que seja um espaço motivador, dinâmico e elemento de inovação no processo educativo.

Também, é necessário que os agrupamentos de escolas sejam uma realidade (não uma realidade administrativa, ou uma realidade virtual).

Neste momento já todos estamos de acordo reconhecendo que a solução não poderá continuar a ser esta. Do nosso ponto de vista, não é possível ensinar/aprender em escolas isoladas, dispersas e sem frequência mínima para serem chamadas de escolas.⁴⁴

Gostaríamos de continuar a acreditar que é esta a «Escola-Alicerce», onde tudo se joga, onde tudo se aprende.

Assim, entendemos que é preciso redescobrir o valor dos alicerces. Parafraseando Azevedo (1996), relembramos:

“Custa a entender como e porque é que uma sociedade, que sabe que se reconstrói, cultural e civilizacionalmente, em cada geração que passa, descarta um dos investimentos centrais que tem de se realizar para erguer permanentemente os alicerces dessa reconstrução. De qualquer construtor que despreze os alicerces das obras que ergue, fixando-se obsessivamente nos andares de cima e no telhado, dir-se-á, no mínimo, que não regula bem (...). Pouco, talvez muito pouco de sólido e duradouro se possa mudar no ensino, enquanto não houver organizações escolares consistentes (...) com equipas de professores que arquitectem essa mudança, em cooperação com os pais e as autoridades locais. A tarefa é imensa (...) mas os alicerces são os alicerces.”

E nós queremos continuar a acreditar que tudo começa aqui: **Nesta Escola.**

⁴⁴ No distrito de Bragança, funcionaram no ano-lectivo de 1994/95, 272 escolas com menos de 10 alunos. Em 2001/2002 funcionaram 409 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, das quais 17 com 1 aluno, 39 com 2 alunos, 107 com 3 alunos e 276 com menos de 10 alunos.

REDE ESCOLAR – 2001/2002

1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

| Concelho | Escolas em Funcionamento | Com Zero alunos | Com 1 Aluno | Com 2 Aluno | Com 3 Aluno |
|-------------------|--------------------------|---------------------------|---|---|---|
| Alfindega da Fé | 25 | - | Castelo Vales | Saldanha | Ferradosa Pichos Cabeira Pombal Serdim da Ribeira Colmeias |
| Bragança | 68 | Vila Franca | Soutelo Castro de Arcelias Paço de Mós Pombares Fermentelos Vila Boa Lançlo | São Julião Rio Frio Freixedelo Fornal Almonde | Vargo Calvelhe Oleiros Macedo do Mato Sancoriz Outeiro Quintela de Lampaços Vale de Nogueira Caravela |
| C. de Ansiães | 32 | - | Beira Grande | Trofariz Nothol Lavandeira Branhada Sancorinha Pombal do Douro | Amedo Linhares Campelos Luzelos Codelçais |
| Freixo Esp. Cima | 7 | - | - | - | - |
| M. de Caraleiros | 51 | - | Burgo | Lattes Comanhas Souto Mourisco Sobreda Talhinhas | Mogroto Bagueixe Carapacas Vilar do Monte |
| Miranda do Douro | 18 | - | Granja Fonte Ladrão | Silva | Hanes |
| Mirandela | 69 | Soutilha Vilar de Oura | Casario | Vale de Lagoa Vilar de Lezra Vila Verde Vale da Sancha Ferradosa Ribeirinha | Vaihom dos Figos Cylainhos Vila Verdinho Caravelas Barcel Vale de Prados Vilares |
| Mogadouro | 37 | - | Vilariga | Castanheira Pomais Penas Boas Vale da Madre | Braçó Branhosinho Paradela Paredo de Bemposta Saldanha Valcerto Valverde |
| Torre de Moncorvo | 21 | Souto da Velha | - | - | Botevais Mós |
| Vila Flice | 25 | - | - | Nabo | Assares Carvalho de Figas Vilarinho das Azenhas |
| Vimioso | 16 | - | Angueira S. Joaquinco | Algozo Vale de Algozo | Pinelo |
| Vinhais | 40 | Negreda | - | Candado Travanca Cabeça de Igreja Vila Verde Cunepos Mós de Celos Ousilhão Valpaço | Espinheiro Seixas Zido Passos Eltreca Figueiras |
| TOTAL | 409 | 5 | 17 | 39 | 107 |

CAE DE BRAGANÇA - ALUNOS 2001/2002

1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

| Concelho | 1º Ano | 2º Ano | 3º Ano | 4º Ano | Total de Alunos | Nº de Escolas |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------------|---------------|
| Alfândega da Fé | 52 | 56 | 66 | 53 | 227 | 25 |
| Bragança | 237 | 289 | 315 | 301 | 1142 | 68 |
| Carraceda de Ansiles | 58 | 71 | 75 | 74 | 278 | 32 |
| Freixo Espada Cinta | 25 | 40 | 38 | 38 | 141 | 7 |
| Macedo de Cavaleiros | 138 | 183 | 196 | 208 | 725 | 51 |
| Miranda do Douro | 74 | 63 | 81 | 81 | 299 | 18 |
| Mirandela | 230 | 305 | 302 | 282 | 1119 | 69 |
| Mogadouro | 82 | 100 | 112 | 108 | 402 | 37 |
| Torre de Moncorvo | 82 | 101 | 108 | 115 | 406 | 21 |
| Vila Flor | 67 | 81 | 85 | 81 | 314 | 25 |
| Vimioso | 38 | 40 | 47 | 45 | 170 | 16 |
| Vinhais | 75 | 107 | 83 | 72 | 337 | 40 |
| TOTAL | 1158 | 1436 | 1508 | 1458 | 5560 | 409 |

ESCOLAS DE 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

2001/2002

| Concelho | Número Total de Escolas a Funcionar | Número Escolas Com menos de 10 Alunos | OBS. |
|------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|---|
| Alfândega da Fé | 25 | 20 | |
| Bragança | 68 | 48 | |
| Carraceda de Ansiles | 32 | 27 | |
| Freixo Espada Cinta | 7 | 3 | |
| Macedo de Cavaleiros | 51 | 32 | Agrupamento Norte = 17 Agrupamento Sul=15 |
| Miranda do Douro | 18 | 12 | Agrupamento Mirandela=10 Agrupamento Soudim =2 |
| Mirandela | 69 | 38 | Agrupamento Mirandela = 11 Agrupamento Torre=81 Agrupamento Cavaleiros=17 |
| Mogadouro | 37 | 29 | |
| Torre de Moncorvo | 21 | 10 | |
| Vila Flor | 25 | 15 | |
| Vimioso | 16 | 12 | |
| Vinhais | 40 | 30 | Agrupamento Norte = 17 Agrupamento Sul=13 |
| TOTAL | 409 | 276 | |

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Joaquim (1996) – *ENSINO PRIMÁRIO (1º Ciclo): Quando se descuram os alicerces*, Jornal “O Público”, Terça-feira 16 de Abril.
- BILIA, Filomena e outros (1985) – *MUITOS ANOS DE ESCOLAS – Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*, Ministério da Educação, Volume I, Lisboa, (doc. policopiado).
- BILIA, Filomena e outros (1985) – *MUITOS ANOS DE ESCOLAS – Edifícios para o Ensino Infantil e Primário – Anos 40 e 70 –*, Ministério da Educação, Volume II, Lisboa, (doc. policopiado).
- BENITO, Agustín Escolano (2000) – *Tiempos y espacios para la escuela – Ensayos históricos –* Editorial Biblioteca Nueva, Madrid.
- BELLO, Luis (1995) – *Viaje por las escuelas de Castilla e León –* Edición y estudio introductorio de Agustín Escolano, Ambito Ediciones, Valladolid.
- DELORS, Jacques et al. (1996) – *EDUCAÇÃO UM TESOURO A DESCOBRIR –* Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Séc. XXI, Edições Asa, Porto.
- GOMES, Joaquim Ferreira (1982) – *O MARQUÊS DE POMBAL E AS REFORMAS DO ENSINO –* Livraria Almedina, Coimbra.
- JORNAL, “O Público” (1997) – 12 de Abril, Quarta-Feira, Porto.
- JORNAL, “Rumos” (1997) – Jornal de Informação Pedagógica, Porto Editora, Ano 4, Número 18, Mês de Outubro.
- JORNAL, “O Século” (1920) – 17 de Julho, Lisboa, (policopiado).
- MACEDO, D. António da Costa de Sousa (1906) – *HISTÓRIA DA INSTRUÇÃO POPULAR EM PORTUGAL –* Livraria Editora de Figueirinha, Porto.
- MÓNICA, Maria Filomena (1978) – *EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NO PORTUGAL DE SALAZAR –* Editorial Presença, Lisboa.
- NÓVOA, António (1987) – *Le Temps des Professeurs*, Instituto de Investigação Científica, Lisboa, Volume I e II.
- SAMPARO, José Salvador (1975,1976) – *O ENSINO PRIMÁRIO – 1911-1969 –* Instituto Gulbenkian da Ciência, Volumes I e II, Lisboa.
- PEREIRA, Paulo (1995) – *HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA –* Edição do Circulo de Leitores, Lisboa, Volume III.
- REVISTAS “ESCOLA DEMOCRÁTICA”– Publicações do Ministério da Educação, durante o Período do Estado Novo – 1933/34 até 1954/55, Arquivos da C.A.E. Serviços Educação Pré-Escolar, 1º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Básico Mediatizado de Bragança.
- RODRÍGUEZ, Miguel Grande (2001) – *POLÍTICA EDUCATIVA Y ESCUELA RURAL EN LAS TRÉS ÚLTIMAS DÉCADAS –* in VILLAR, Belén Espejo (Coord.) – *POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA EL NUEVO SIGLO –* Hesperides.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- Decreto-Lei nº 21697, Diário do Governo, 19 de Setembro de 1932.
- Despacho da Presidência do Conselho, Diário do Governo, 1ª Série, 29 de Julho de 1941.
- Lei nº 2107, Diário do Governo, 1ª Série, nº 79 de 5 de Abril de 1961.
- Lei 46/86, de 14 de Outubro.
- Despacho 11/SEAE/97, Diário da República, IIª Série de 4 de Abril.
- Lei nº 159/99, de 14 de Setembro
- Decreto-Lei nº 7/2003, Diário da República, IIª Série de 15 de Janeiro
- Legislação Variada.

ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS

- [Http://www.bragancanet.pt/braganca/main.html](http://www.bragancanet.pt/braganca/main.html)
- [Http://www.cm-braganca.pt /A_região/Indicadores/indicadores.html](http://www.cm-braganca.pt /A_região/Indicadores/indicadores.html)
- [Http://www.bragancanet.pt/braganca/historia.html](http://www.bragancanet.pt/braganca/historia.html)